

O Bancário

Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas

■ Diretor: Rui Riso | Diretor-adjunto: João Carvalho

Ano XXXV II | N.º 212 | € 1,50

Mensal | maio de 2020



DEVOLTA

numa nova normalidade

8



Comparticipações:
mais fácil e mais rápido

1.º de Maio

Algoritmo da luta | 4
Solidariedade além-fronteiras | 6

SAMS

Revolução no procedimento das participações | 8

Dossiê | Covid-19

Entrevista a Rui Riso: “Temos de introduzir outras formas de prestação de cuidados de saúde no SAMS” | 10
Eleições no Mais Sindicato podem ser adiadas | 14
Apoio sindical sempre ativo | 14
Trabalhadores do Mais Sindicato: Lay off foi uma necessidade | 15
Audição no Parlamento: O que realmente aconteceu | 15
O filme dos acontecimentos | 16
Atividade sindical não parou | 18
Apelo aos bancos: protejam os trabalhadores! | 20
Resolvido problema do teletrabalho na CGD | 19
Regras desadequadas no Novo Banco | 20
Bancários, os trabalhadores silenciosos | 21

Sindical

Montepio aplica promoções | 22
Código de conduta do Santander pode conflitar com direitos dos trabalhadores | 23

GRAM

Em nome de todas as mulheres | 24

Tempos livres

Atividades podem regressar de forma gradual | 26
Parque de Campismo de Olhão já reabriu | 28

Propriedade: Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas - NIF 500 825 556

Correio eletrónico: direcao@sbsi.pt

Diretor: Rui Riso

Diretor-adjunto: João Carvalho

Conselho editorial: Rui Riso, João Moreira, José Carlos Pires e João Carvalho

Editor: Elsa Andrade

Redação, Edição e Produção:

Rua de São José, 131 - 1169-046 Lisboa

Tels.: 213 216 100 - Fax: 213 216 180

Correio eletrónico: obancario@sbsi.pt

Grafismo: Ricardo Nogueira

Pré-impressão e Impressão: Xis e érrre, xer@netcabo.pt

Rua José Afonso, 1, 2.º - Dto. - 2810-237 Laranjeiro

Tiragem: 39.444 Exemplares (sendo 4.444 enviados por correio eletrónico)

Periodicidade: Mensal

Depósito legal: 310954/10

Registado na ERC: n.º 109.009

Estatuto Editorial

Consultável através do endereço:

https://www.sbsi.pt/atividades/sindical/informacao/publicacoes/Pages/estatutoeditorial_bancario.aspx

A publicidade publicada e/ou inserida em O Bancário é da total responsabilidade dos anunciantes

Nota da Direção

O Bancário está novamente disponível para leitura dos associados, depois de dois meses ausente.

A pandemia da Covid-19 parou a maioria das atividades e a concretização da revista não foi exceção. Durante esta ausência, o Mais Sindicato manteve o contacto com os sócios através de outros canais, como o site e o Ligue-se @ nós, fazendo assim chegar-lhes toda a informação relevante.

Boas leituras!



Alberto Martinho Gonçalves já partiu

RUI SANTOS

A notícia brutal — como são todas as notícias de falecimentos — chegou e mais um dos nossos nos deixou: Alberto Martinho Gonçalves.

Dedicou boa parte da sua vida à atividade bancária, ao serviço do antigo Banco Pinto & Sotto Mayor, onde chegou a quadro importante da empresa, dados os seus valiosos conhecimentos e a sua inegável capacidade de trabalho e de liderança.

O Martinho Gonçalves desde muito novo começou a bater-se pelos valores adquiridos no ambiente familiar beirão e onde a liberdade e a democracia ocupavam lugar de destaque.

Após o 25 de Abril de 1974, filiou-se no Partido Socialista, por entender ser aí que melhor poderia lutar em defesa dos seus valores.

Mas nunca quis ser ativo militante partidário e preferiu dedicar a sua militância ao sindicalismo, numa altura em que se desencadeou uma luta acesa entre quem defendia a unicidade sindical e outros, como ele, que defendiam a liberdade e o pluralismo sindical, como era conhecido na Europa Ocidental.

Foi assim que começou a trabalhar ativamente na comissão que haveria de apresentar uns estatutos alternativos para o seu Sindicato, designado ainda como Sindicato dos Bancários do Distrito de Lisboa.

Esses estatutos viriam a ser aprovados em assembleia geral de milhares de bancários e, nas eleições seguintes para os Corpos Gerentes da sua associação de classe, viria a ser eleito para presidente da Mesa da Assembleia Geral, a função mais importante da estrutura do SBSI, a nova sigla do Sindicato.

Foi nessa função que mais se destacaram as capacidades de liderança do Martinho Gonçalves, ao dirigir assembleias gerais de bancários que ficaram célebres, nomeadamente uma, realizada na antiga FIL, na Junqueira, com sete mil associados e para discutir a manutenção — ou não — da filiação na Intersindical.

Aí, ele teve a grande lucidez de separar os apoiantes da proposta e os que a recusavam para locais diferentes do espaço lotado, assim evitando uma guerra aberta, de imprevisíveis consequências, entre uns e outros.

Depois, foi o representante do Sindicato na CAFEB (Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários) e, já nos anos noventa, liderou a Comissão de Fiscalização de Contas do SBSI, durante largos anos, mas sem nunca abandonar a sua atividade profissional.

Na hora do adeus, o Martinho não pôde ter a companhia dos seus muitos amigos, devido ao surto viral que quase paralisou o Mundo. Mas terá sempre a lembrança daqueles que com ele souberam partilhar alegrias e tristezas, ao longo da vida que, para ele, já chegou ao fim. ■



Rui Riso

Os meses mais longos

Será sempre mais fácil
construir narrativas (...) do que assumir a defesa
intransigente dos nossos
beneficiários, trabalhadores
e utentes

Quando em meados de março começou a vislumbrar-se uma profunda alteração nas nossas vidas, estávamos longe de pensar que ao fim de mais de dois meses as coisas ainda estivessem como estão agora e, sobretudo, estávamos mais longe ainda de admitir que teríamos de passar a regularmo-nos não pelo tempo das horas, dos dias, ou das semanas, mas por um tempo desconhecido que não dominamos e que nos coloca na incerteza sobre o que serão os próximos tempos.

Esperámos ansiosamente pelos anúncios das autoridades para sabermos como devíamos proceder no dia seguinte e assim fizemos todos ou quase todos: aceitando a alteração súbita das regras quase de um dia para o outro e ficando à espera do próximo anúncio.

Todos ou quase todos porque, nos momentos difíceis, muito difíceis, com que nos deparamos e deparamos há sempre os que, não tendo de decidir, não tendo de fazer escolhas, não tendo de responder perante as maiorias optam pelo discurso populista de que tudo é sempre possível, nada está a acontecer de extraordinário e a quebra da normalidade nada tem a ver com a pandemia.

Será sempre mais fácil construir narrativas — ou apenas copiá-las das que se vão fazendo do outro lado do Atlântico, com as consequências conhecidas — do que assumir a defesa intransigente dos nossos beneficiários, trabalhadores e utentes.

As declarações que no início foram sendo tornadas públicas pelos que escolheram estes tempos para combates fora de tempo torna muito claro que as intenções em que assentavam nada tinham a ver com a preocupação sanitária em que todos devíamos estar centrados.

Com o passar do tempo, os intervenientes mudaram de atitude perante outros casos semelhantes vindos a público — mas que desapareceram das notícias no dia seguinte (referimo-nos noutro local).

Será sempre mais fácil dizer que queremos tudo já, procurando passar por cima de todos e de tudo, como seja a observância das regras que a cada dia temos obrigação de cumprir.

Será sempre mais fácil criticar a opção tomada para os que não têm de fazer opções; será sempre mais fácil fazer de conta que não existem regras; será sempre mais fácil apontar noutro caminho. Mas se fosse assim tão fácil, teria acontecido o que sucedeu em Itália, Espanha, Reino Unido (para falar apenas em exemplos da Europa)?

Como dissemos em momentos anteriores e tendo em conta as adversidades com que nos deparamos, entre explicar a suspensão de serviços e o lamentar a propagação da pandemia internamente, optámos pela primeira.

As conferências de imprensa em todo o mundo estão cheias da mesma pergunta: Porque não foi tomada esta medida antes?

Nós tomámos a medida no tempo certo para interromper a cadeia interna de contágio.

Agora cabe-nos voltar a pôr em andamento o que foi parado bruscamente e essa é mais uma missão difícil, mas é uma missão de todos nós.

Estamos cá por todos, contamos com todos para tornar os próximos meses menos longos.

Dia do Trabalhador

Algoritmo da luta

Num contexto nunca antes vivido, a UGT comemorou o 1.º de Maio de forma diferente. Mostrando uma postura responsável, usou as redes sociais para assinalar a data, afastando-se fisicamente dos trabalhadores mas aproximando-se deles num enorme abraço virtual



Este ano as celebrações do 1.º de Maio da UGT teriam lugar em Vila Real, mas por força da pandemia de Covid-19 que assola a população global, a central sindical viu-se obrigada a traçar outro rumo, trocando a luta na rua pelo uso das novas tecnologias. Ao longo do primeiro dia de maio, a UGT partilhou várias mensagens dos seus dirigentes, das uniões distritais e de várias personalidades institucionais.

Com o lema “Em defesa dos direitos e dos rendimentos”, a central não deixou de apelar a salários mais dignos, a uma negociação coletiva com resultados e a uma valorização dos trabalhadores e do trabalho.

Responsabilidade

A pandemia de Covid-19 marcou naturalmente os discursos dos dirigentes. Para Carlos Silva, este foi um caminho tomado “no respeito pela saúde dos portugueses, pelas regras das autoridades de saúde e pelo estado de emergência”.

Mas apesar do confinamento social, o secretário-geral fez questão de relembrar ao País que a grave situação de saúde vivida não serve de pretexto para uma diminuição de direitos. “Importa lembrar aos governantes que na primeira linha deste combate sem tréguas a um inimigo

que ainda não vencemos estão os profissionais de saúde, que não têm rogado esforços, sem hesitações e sem dúvidas, colocando a saúde dos nossos concidadãos em primeiro lugar”.

Carlos Silva afirmou esperar que os sacrifícios destes trabalhadores não sejam esquecidos no futuro, quando as melhorias nos salários e nos direitos estejam em cima da mesa.

Num discurso abrilhantado pelas vozes de Manuel Freire, Chico Buarque e Adriano Correia de Oliveira, Carlos Silva também não esqueceu outros trabalhadores essenciais para que a vida dos portugueses decorra da maneira mais natural possível, desde os professores aos transportes públicos e de mercadorias, passando pela produção e distribuição alimentar, telecomunicações e pequeno comércio. “São tantos que garantem a nossa subsistência no dia-a-dia que merecem uma palavra de reconhecimento e de apreço”, referiu.

Reforço de direitos

Para Carlos Silva, cerrar fileiras no combate à Covid-19 não significa deixar cair as reivindicações dos trabalhadores do setor público e privado. “Importa estimular mais do que nunca o diálogo social entre patrões e sindicatos para garantir a viabilidade das empresas e defender os postos de trabalho”.

A central sindical é da opinião que a resposta social a esta crise que já afeta milhares de trabalhadores jamais poderá passar por medidas de austeridade como as que se viveram depois da crise de 2008. “Portugal e os trabalhadores exigem um caminho diferente que valorize o Estado social, que preze e defenda os seus cidadãos. Os apoios do Estado à recuperação económica devem merecer um amplo equilíbrio entre empresas e famílias, obrigando à preservação de postos de trabalho para todas as empresas que receberam apoios do Estado”, explicou.

A central defendeu em concertação social a criação de um rendimento mínimo para todos quantos foram afetados pela crise e que não es-





tenham enquadrados noutras medidas de apoio e excecionais a nível social, bem como a reconversão profissional para todos os que perderam o emprego.

Teletrabalho

Defendendo uma fiscalização rigorosa às ilegalidades cometidas no local de trabalho, Carlos Silva referiu que a nova forma de laborar em teletrabalho deve ser estudada no que diz respeito ao conceito de retribuição, a sua forma de controlo à distância, o cumprimento de horários, entre outras questões.

O papel da Europa também não foi esquecido pelo secretário-geral, que acredita na resposta dos líderes europeus. “A injeção de recursos financeiros na economia deverá ser acompanhada por medidas de caráter social a quem perdeu o seu posto de trabalho numa urgente tentativa de recuperar dos escombros que esta crise vai deixar”.

A terminar, Carlos Silva não esqueceu as vítimas desta pandemia. “Este dia é também uma jornada de saudade e de rotagem a quem já não está entre nós. Aos que continuam uma palavra de esperança para que ninguém desista dos seus objetivos de vida nem fique para trás nos seus sonhos”.

Preocupação

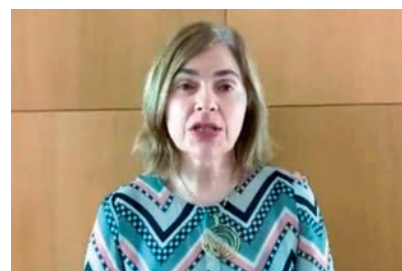
O setor bancário e segurador também esteve representado nas mensagens do Dia do Trabalhador.

Para Rui Riso, “a pandemia e tudo o que se está a gerar em volta dela, nomeadamente com a crise no setor do trabalho, no setor financeiro, que vai agravar-se e prolongar-se por muito tempo, é particularmente preocupante para todos nós, trabalhadores e sindicatos”.



O presidente do Mais Sindicato/SBSI receia que as novas formas de laborar, como o teletrabalho, sejam vistas como não tendo direitos. “O teletrabalho não é trabalho escravo, é trabalho exatamente com os mesmos direitos do trabalho considerado normal”.

Para Helena Carvalheiro, neste novo mundo de afastamento e medo o trabalho ganha especial relevância. “É graças ao trabalho de muitos nos mais variados setores que está a conseguir reduzir-se os efeitos desta pandemia e a atenuar as suas consequências. Daí que a celebração do Dia do Trabalhador tenha este ano um simbolismo muito especial”.



A presidente do SBC reitera o compromisso dos sindicatos em manter a luta pela defesa dos trabalhadores. “Não permitiremos que este momento difícil seja aproveitado para reduzir direitos aos trabalhadores, antes lutaremos para que lhes sejam proporcionadas condições para enfrentarem os novos desafios”.

Já Carlos Marques, presidente do STAS, começou por relembrar os primeiros de Maio vividos em liberdade, sem esquecer todos os que ainda não conseguem comemorar em democracia. “É



um 1.º de Maio diferente, mas isso não impede que o nosso pensamento abranja num abraço profundo todos os trabalhadores e trabalhadoras deste país, em particular os da atividade seguradora que têm estoicamente resistido a todas as transformações, fusões e aquisições”. ■

Sem discriminação



As mensagens divulgadas nas redes sociais da UGT procuraram chegar ao maior número de pessoas, sem olhar a género ou idade.

Em nome de todos os jovens, Carlos Moreira, presidente da Comissão de Juventude da UGT, lembrou todos os que perderam o emprego ou foram colocados em situação de lay off. “Só em lay off falamos de mais um milhão de trabalhadores, muitos deles jovens com filhos menores, que é preciso cuidar e garantir o futuro desta geração”.

Lina Lopes, presidente da Comissão de Mulheres, enalteceu o papel das trabalhadoras que permaneceram em casa, em regime de teletrabalho, enquanto apoiam os filhos nas atividades escolares, às que necessitam de assistência e às cuidadoras de lares de idosos e outras instituições, não esquecendo também as vítimas de violência doméstica “confinadas no mesmo espaço que o agressor”.



Solidariedade além-fronteiras

O distanciamento social impediu que os trabalhadores comemorassem o 1.º de Maio da UGT na rua, mas a solução encontrada pela central acabou por trazer solidariedade à distância de um clique



Foram muitos os dirigentes nacionais e internacionais ligados ao sindicalismo e ao mundo do trabalho que fizeram questão de deixar uma mensagem nas redes sociais da UGT.

Maria Helena André referiu que a pandemia mostrou que o bloqueio quase global afetou 81% da força de trabalho em todo o mundo, sendo que no segundo trimestre de 2020 a quantidade de horas de trabalho realizadas globalmente cairá 6,7%. “Teremos de começar a tirar lições destes dados para o nosso



Maria Helena André

futuro comum, a Covid-19 não pode ser, de maneira nenhuma, detida por decisões políticas ou por ações nacionais e internacionais descoordenadas”, explicou.

A diretora da ACTRAV/OIT deu conta de que a organização tem estado na linha da frente na medição do impacto da pandemia e na identificação das respostas a dar. “Esta crise sem precedentes mudará fundamentalmente as realidades enfrentadas pelos trabalhadores e seus representantes no mundo do trabalho”.

Para Maria Helena André, a pandemia representa também um enorme desafio para os sindicatos. “Para que continuem a ser a voz da justiça social, da solidariedade, da paz e do trabalho digno no mundo, os sindicatos precisam estender o seu apoio e ação aos trabalhadores mais afetados pela crise, tanto nos setores tradicionais como nos novos setores tecnológicos ou ainda na economia informal”.

Luta

Mafalda Troncho relembrou que a primeira convenção da OIT em 1919 veio dar resposta a uma das principais reivindicações que presidiram à instituição do 1.º de Maio: a limitação da jornada diária de trabalho a 8 horas. “Essa correspondência continua válida e renova-se a cada ano e é assim que a cada 1.º de Maio celebramos o contributo de mulheres, homens e jovens para a promoção da agenda do trabalho digno”.



Mafalda Troncho

“Não permitiremos um regresso ao desemprego e à austeridade, queremos construir uma Europa mais justa, mais sustentável e mais inclusiva para os trabalhadores”, referiu o secretário-geral da Confederação Europeia de Sindicatos.

Também Sharan Burrow, secretária-geral da Confederação Sindical Internacional, apelou a

Antecipando que o número de pessoas na pobreza poderá atingir 500 milhões em todo o mundo, Sharan Burrow referiu que agora é a altura de agir. “Exigimos solidariedade internacional e reivindicamos um plano de recuperação e resiliência para um futuro muito diferente”.

Teste

No entendimento de Oliver Ropke, a pandemia de Covid-19 constitui, em primeiro lugar, uma ameaça comum para a saúde e para a vida dos cidadãos. “São uma vez mais os trabalhadores que lutam na linha da frente desta crise. Em primeiro



Luca Visentini

Na opinião da diretora da OIT em Lisboa, a declaração do centenário da OIT para o futuro do trabalho ganhou uma dimensão inesperada com a atual pandemia. “A recuperação que se segue, a par dos desafios que o futuro nos coloca, só será possível e bem-sucedida se for inclusiva. Creio que a UGT continuará a prosseguir os objetivos que presidem à celebração deste dia e à agenda do trabalho digno em Portugal, em solidariedade com o mundo sindical na CPLP e na Europa, e em cooperação estreita com a OIT”, referiu.

Não à austeridade

Para Luca Visentini, o facto de a celebração do 1.º de Maio ser feita em isolamento é motivo para uma solidariedade mais forte do que nunca para com todos os trabalhadores, com especial relevo para os que ficaram desempregados ou em lay off.

uma maior solidariedade e defesa dos direitos dos trabalhadores, numa altura em que são os próprios que “abdicam das suas liberdades cívicas para salvar vidas”.



Sharan Burrow



Oliver Ropke

lugar, os prestadores de cuidados de saúde, muitas vezes mulheres, em empregos que os colocam na linha da frente. Eles são os nossos heróis”.

O presidente do Grupo dos Trabalhadores do Conselho Económico e Social Europeu refere que a crise é um grande teste à solidariedade na Europa. “A Europa foi caracterizada demasiadas vezes pela austeridade e pela contenção orçamental, e em especial os trabalhadores portugueses e as suas famílias sofreram bastante com esta falta de solidariedade”, concluiu.

Todas as mensagens publicadas nas redes sociais da UGT podem ser consultadas no endereço <https://1maio.ugt.pt/> e ainda mais pode ser pesquisado utilizando a hashtag #1MaySolidarity. ■

Revolução no procedimento das comparticipações

Crédito da verba em 72 horas



A partir de 15 de junho, o SAMS terá em funcionamento um novo sistema para tratar as comparticipações dos beneficiários: sem papel, basta fotografar ou digitalizar os documentos de despesas e carregá-los no portal. Em três dias terá o reembolso

Millhares de documentos circulam anualmente entre os beneficiários e o SAMS. As comparticipações diretas são um foco de consumo de recursos, de tempo, de espaço... e de papel.

E numa altura em que muitos processos caminham para a desmaterialização, o Mais Sindicato, comprometido que está com a defesa do ambiente, não poderia deixar de pensar em soluções para esta questão — sobretudo quando as organizações oficiais já permitem que os ficheiros sejam

1. Portal de Clientes myAdvancecare

Com o **Portal de Clientes myAdvancecare** a gestão do seu plano de saúde é muito mais simples e rápida.

Aqui pode aceder às condições, bem como consultar as utilizações efetuadas.

Registe-se já!



*Assinale:
☐ "Li e aceito..."
☐ "Autorizo a utilização..."
☐ "Não sou um robô"

Portal de Clientes

- 01 Dirija-se ao site www.sams.pt
- 02 Colocar caminho até a página de login do portal
- 03 Selecione Novo Registo Beneficiários
- 04 Preencha os seus dados*
- 05 Receberá um email de confirmação
- 06 Aceda ao seu email e confirme a criação da conta
- 07 Efetue o login com os dados da conta criada

2. Portal de Clientes myAdvancecare

Reembolso de despesas

Permite-lhe enviar online as suas despesas de Saúde e ser reembolsado em 72h, sem ter que nos enviar os documentos originais.

Basta tirar uma fotografia ou digitalizar os documentos e fazer upload dos mesmos.



No menu:
Os meus pedidos » Reembolso de despesas,
deverá efetuar os seguintes passos:

- 01 Clique em "Enviar despesas"
- 02 Clique em "começar agora"
- 03 Efetue o registo para cada uma das faturas introduzindo, os seus itens linha a linha (para faturas de medicamentos bastará inserir uma linha como valor total da sua fatura). Todos os valores que inserir deverão incluir IVA
- 04 Faça o upload da sua fatura. Poderá digitalizar ou fotografar o documento e clicar em "Selecionar" ou arrastar o ficheiro para o campo "Upload da fatura". Caso tenha algum anexo use o campo "Upload de anexos"
- 05 Quando concluir, deverá clicar em "Confirmar fatura". Se possuir mais faturas para enviar, deverá clicar em "Adicionar nova fatura" e repetir o processo. Caso contrário deverá clicar em "Concluir registo"
- 06 As despesas enviadas serão analisadas pelos nossos serviços. Poderá acompanhar o estado das mesmas no menu "Os meus pedidos"

enviados de forma eletrônica, portanto sem suporte de papel.

“Tínhamos de dar este passo. Em circunstâncias normais e nas participações de mais simples análise, que são a grande maioria, permitirá aos beneficiários receber o valor correspondente no prazo de 72 horas”, explica Rui Riso, Presidente do Mais Sindicato e do SAMS.

Cerca de 30% da atividade clínica aos beneficiários é praticada externamente. Desta percentagem, uma parte é realizada através da rede convencional e outra é relativa a participações diretas.

“Acreditamos que teremos um elevado nível de adesão a este novo processo, porque é mais fácil e muito mais cómodo: as pessoas podem fazê-lo em casa, a uma hora qualquer, fotografar os documentos e apensá-los ao ficheiro. Basta seguir as instruções publicadas”, adianta Rui Riso. (ver nestas páginas). “Este é um passo importante que convém a todos. Para os beneficiários significa também a redução dos prazos de pagamento e ao SAMS permite ter arquivos digitais em vez de milhares de pastas com documentos em papel.”

Postos de trabalho mantêm-se

Para resolver o problema, o SAMS tinha dois caminhos: comprar os serviços fora ou desenvolver internamente. “O desenvolvimento interno é um processo muito pesado e complexo. Já tinha estado na nossa agenda há uns anos, mas desistimos”, refere Rui Riso, acrescentado:

“A externalização, por outro lado, permite uma adequação mais ágil à realidade que temos, porque o número de bancários não tem aumentado nos últimos anos, pelo contrário. E permite, sobretudo, aproveitar mão-de-obra dedicada até agora às participações para outras áreas onde neste momento está a ser francamente necessária.”

O presidente do Mais Sindicato e do SAMS garante que “não haverá eliminação de qualquer posto de trabalho, mas sim a readequação e re-colocação dos trabalhadores que passam a ser excedentários nas participações.”

“Nos últimos tempos não temos feito admissões de trabalhadores administrativos precisamente porque este processo está em curso e permitirá agora reforçar áreas que estão efetivamente carenciadas, contribuindo assim para um certo reequilíbrio interno da nossa organização”, frisa.

Adeus cartão físico

Outro desenvolvimento de processos possibilitará a eliminação do cartão físico de beneficiário do SAMS (e mais tarde também do de sócio do

3. Portal de Clientes myAdvancecare

Consultar e submeter pré-autorizações

Consultar e submeter pré-autorizações
Esta funcionalidade permite-lhe submeter as pré-autorizações que necessitar para atos a realizar no Regime Livre. Poderá também consultar, neste menu, qualquer pré-autorização (da Rede AdvanceCare ou do Regime Livre)

Sempre que o procedimento requer pré-autorização, é da responsabilidade do prestador efetuar o pedido aos nossos serviços. Sem este pedido prévio, no momento da realização do serviço de saúde, não será assegurado o pagamento da sua despesa médica.

No menu: Os meus pedidos » Pré-autorizações, deverá efetuar os seguintes passos:

- 01 Clique em “Submeter novo pedido”
- 02 Caso ainda não tenha consigo o formulário de “Pedido de Informação Clínica | Termo de Responsabilidade” deverá, na página seguinte, clicar em “Obter documentos”. Aqui, depois de selecionar o tipo de procedimento, deverá descarregar o “Pedido de Informação Clínica | Termo de Responsabilidade”, imprimir e solicitar ao seu médico o respetivo preenchimento. No caso de se tratar de acidente, deverá descarregar, preencher e enviar também o formulário “Descrição de Acidente”
- 03 Quando tiver consigo os documentos necessários, clique em “Submeter novo pedido” e de seguida em “Enviar documentos”
- 04 Para submeter o seu pedido, selecione o tipo de procedimento e faça upload do(s) documento(s)
- 05 Opcionalmente poderá enviar outros tipos de ficheiros, devendo indicar o “Tipo de documento” e fazer upload do respetivo ficheiro no local indicado
- 06 A informação submetida será tratada pelos nossos serviços. Posteriormente poderá seguir o processo, acedendo ao detalhe do seu pedido a qualquer momento, no menu “Os meus pedidos”

4. Portal de Clientes myAdvancecare

A minha Saúde

Plano de Saúde e Prevenção

Conheça algumas recomendações que temos para o seu dia a dia, adaptadas à sua idade e género

Teste à sua Saúde

Gostava de testar a sua Saúde?
Preencha o seu questionário de estilo de vida e obtenha um relatório de saúde personalizado, com recomendações saudáveis.

Outros

Biblioteca de Saúde

Leia os nossos artigos e fique a par das últimas novidades na área da saúde e bem-estar.

Produtos de Bem-estar online

Neste menu encontra produtos de bem-estar, (ex: cirurgia plástica, fitness, nutrição, entre outros) com condições vantajosas.



Consulta de condições de utilização do Plano de Benefícios

Permite-lhe consultar as utilizações do seu Plano de Benefícios, bem como as condições, coberturas e os copagamentos a seu cargo em cada utilização.

Submeter questões e sugestões

Se tiver alguma questão ou sugestão pode enviar-nos. A sua opinião é muito importante

Declaração de IRS

Neste menu pode aceder à sua declaração de IRS

Mais Sindicato). “Através da app, os beneficiários podem descarregar o seu cartão, que servirá para apresentar na farmácia ou no Centro Clínico para fazer o check in. Ou seja, deixa de haver plástico

e passará a estar no telemóvel de quem assim o entender. É mais um passo na adequação a esta nova realidade”, conclui Rui Riso. Esteja atento ao site, brevemente haverá novidades. ■



Entrevista a Rui Riso

INÊS F. NETO

O foco de Covid-19 no Hospital foi “um murro no estômago”, numa unidade que tem um dos mais baixos índices de infeção da Europa. Tudo o que se seguiu, terminando com a suspensão de uma grande parte dos serviços do SAMS, teve o apoio das autoridades de saúde com o objetivo final de proteger vidas, dos beneficiários e dos profissionais. Mas nunca se deixou de prestar cuidados aos casos inadiáveis, ao contrário do que alguns afirmaram. Agora, com a abertura faseada dos diversos estabelecimentos, uma nova era começa e tão cedo nada voltará a ser como dantes. Os acessos são limitados e as consultas não presenciais vieram para ficar. Rui Riso, presidente do Mais Sindicato e do SAMS, explica o passado recente, fundamenta o presente e revela o futuro

“Temos de introduzir outras formas de prestação de cuidados de saúde no SAMS”

P – A pergunta que se impõe: para quando a reabertura total dos serviços do SAMS?

R – Não sabemos. Vamos ter de introduzir outras formas de prestação de cuidados de saúde no SAMS. Mas uma coisa sabemos: não quisemos nunca, em momento algum, podermos ser apontados por ter focos de contágio dentro dos nossos serviços – e isso era a coisa mais fácil de acontecer. Em primeiro lugar, porque o nosso universo tem muita gente que faz parte do grupo de risco, com mais de 70 anos; em segundo, porque os nossos beneficiários se revêm no nosso sistema, frequentam-no bastante. E a forma como o Centro Clínico está estruturado e é utilizado seria seguramente um foco de contágio de dimensões e consequências imprevisíveis.

P – O encerramento foi muito criticado, dizendo-se que as pessoas saberiam tomar medidas para defender-se.

R – Se assim fosse não teria havido um elevado número de mortes em tantos países. Esta é uma doença estranha, que mata, e quisemos evitar que houvesse algum foco de contágio. E é assim que, quer quando foi decretado o estado de emergência, quer quando o Ministério da Saúde ou a Direcção-Geral deram determinadas orientações, nós seguimo-las – como fazemos há anos, nas mais diversas situações – ainda que a isso não fôssemos exatamente obrigados.

P – A decisão foi apoiada pelas autoridades de saúde?

R – O encerramento dos serviços, ou pelo menos a diminuição num e noutro lado, foi tomada de acordo com as orientações das autoridades de saúde. Por conselho do Ministério da Saúde devíamos abandonar a atividade programada e

prepararmo-nos para o que aí vinha, e era isso que estávamos a fazer.

Mas o que aconteceu no Hospital foi absolutamente inusitado. Mais uma vez tivemos de tomar decisões avulsas e imediatas face às circunstâncias. A partir daí desencadeou-se o resto do processo. Sabíamos que provocaria algumas incomodidades e descontentamento, mas preferimos ter cá 100 ou 200 descontentes do que não se ter feito nada e hoje estarmos a lamentar o número de pessoas doentes e, talvez, perdas de vidas.

Consultas não presenciais

P – Já começou a abertura faseada de serviços. Vai continuar?

R – Vai continuar, mas para termos o Centro Clínico a trabalhar é obrigatório garantir a observância das normas da Direcção-Geral de Saúde (DGS), nomeadamente respeitar as distâncias sociais. E será complicado, pois com uma porta de entrada para variadíssimas salas de espera é difícil saber-se quantas pessoas estão em cada uma delas. Por isso apelamos a todos para que seja possível assegurar a distância social. Ainda há poucos dias uma reportagem no Hospital de Santa Cruz mostrava a dificuldade da gestão do distanciamento social nas salas de espera, evidenciando exatamente o mesmo problema que temos no nosso Centro Clínico e noutras unidades.

P – São impostas limitações à entrada?

R – Tem de ser. A livre circulação de antes possivelmente só será reposta quando houver uma vacina para o Covid-19.

Hoje as condições de acesso ao Centro Clínico são muito limitativas: as pessoas não podem entrar acompanhadas, exceto em circunstâncias

absolutamente extraordinárias, como dificuldade de locomoção, acompanhamento de crianças e um caso ou outro mais.

Uma outra alteração é o reforço das consultas à distância.

P – As consultas à distância vão continuar no SAMS?

R – Pretendemos alargar esse âmbito além do que fizemos neste período, mas para isso precisamos de ter meios, profissionais e um conjunto de procedimentos necessários à sua concretização.

As vídeo/teleconsultas têm também o intuito de diminuir a pressão sobre as salas de espera, o que obriga a reordenar todas as consultas. Ou seja, durante as horas de consulta cada médico deverá ter um período de teleconsulta e outro de consultas presenciais. No entanto, nem em todas as especialidades isso é possível.

Há áreas com sete a dez gabinetes simultaneamente em consultas e uma sala de espera, que é suficiente em condições normais, mas não nas atuais. Então, para garantir o distanciamento social durante esse período haverá médicos a fazer consultas presenciais e outros em teleconsulta ou videoconsulta.

Fazer isto todos os dias, entrar em contacto com os beneficiários para convidá-los a fazerem consulta não presencial, é um trabalho ciclópico e por isso pedimos a compreensão de todos para tornar possível esta nova forma de estar, que espero seja passageira.

P – Foi possível fazê-lo em alguns casos durante o encerramento.

R – É verdade. Durante o período de encerramento foi fundamental assegurar presencialmente o acompanhamento de grávidas, de doentes com dispositivos implantados ou com os pensos espe- ►

► ciais, além das especialidades que não interromperam a atividade e da renovação de baixas e de receituário, sempre feito pelos nossos profissionais, presencialmente ou à distância.

Também garantimos o atendimento presencial nas várias áreas que estiveram disponíveis quando a descrição telefônica de sintomas ou o aconselhamento clínico o impunha — foram atendidas mais de dez mil pessoas por essa via.

E em outras áreas sempre se procurou uma solução. Por exemplo, quando o Hospital esteve a ser higienizado recorremos aos nossos parceiros, nomeadamente à CUF Descobertas (há muitos anos a nossa parceira preferencial, por ser o mais utilizado pelos nossos beneficiários a seguir ao SAMS), solicitando que os nossos profissionais pudessem utilizar as instalações e acompanharem os seus doentes integralmente, como fariam no nosso Hospital.

Sabemos que há pessoas descontentes com as decisões que tomámos, mas igualmente sabemos que há muitas satisfeitas.

P — No futuro a substituição de uma parte das consultas presenciais por vídeo/teleconsultas será uma realidade?

R — Poderá ter vindo para ficar. Trata-se sobretudo de evitar as deslocações quando não são necessárias. Vejamos: a renovação dos receituários pelos clínicos que habitualmente acompanham os doentes nem sempre exige uma consulta presencial. E como o nosso sistema de saúde tem registos informáticos de fácil acesso, o médico pode convocar o paciente para uma consulta presencial quando entende rever essas apreciações, ou periodicamente para fazer a medição de vários parâmetros.

Utilizando as vias tecnológicas disponíveis, seremos capazes de levar especialidades mais longe, com mais facilidade. . . por exemplo às ilhas, onde não há certas especialidades. Por indicação do médico assistente, em determinadas situações poderá ser feita uma videoconsulta. Trata-se de fazer chegar a medicina onde é necessária, com o objetivo de um tratamento mais rápido e em circunstâncias de maior comodidade para o doente — mas nunca descartando a possibilidade de o doente se deslocar se for necessário.

Foco gigantesco

P — Tendo o SAMS tantos profissionais, porque foi interrompida a prestação de cuidados?

R — No Hospital os profissionais funcionam em equipas, com um determinado número de médicos, enfermeiros e auxiliares. Durante este período, com pessoas de quarentena e outras em casa com os

filhos, não tínhamos equipas. Podíamos ter muitos médicos e não ter enfermeiros ou vice-versa. Em determinada altura, cerca de 400 profissionais estavam impedidos de trabalhar, o que num universo de 1200 e com uma diversidade de locais de prestação e de profissões, teve as consequências conhecidas.

O que aconteceu foi um grande “murro no estômago”, porque o nosso Hospital é reconhecido como sendo seguro ao nível de infeções associadas aos cuidados de saúde.

P — Ainda assim houve o surto de Covid-19. . .

R — É verdade, e isso coloca um enorme ponto de interrogação. O Hospital tem uma série de áreas certificadas pela DGS, e as certificações não dependem só das instalações, dos equipamentos e dos profissionais, dependem sobretudo dos procedimentos.

Os profissionais tiveram sempre ao seu dispor os meios de proteção que os protocolos indicam para as diversas situações, aumentando a nossa estupefação pelo que aconteceu. Numa semana passámos de cinco casos para cerca de 70. Ou seja, estava instalado um foco de infeção absolutamente gigantesco face à nossa dimensão.

Neste momento o Hospital está integralmente higienizado. Podemos mesmo afirmar que está mais seguro do que muitos outros, pois foi alvo de um procedimento que não é frequente.

P — Tanto profissionais como doentes testaram positivo para a Covid-19?

R — Verificou-se que os profissionais testados positivos provinham de todas as áreas do hospital — na prática, era o Hospital que estava doente.

Dos 27 doentes então internados cinco eram “positivos”, embora só um tenha desenvolvido a doença, e com a colaboração das autoridades de saúde foram colocados noutras unidades hospitalares. Quanto aos trabalhadores, apenas um número muito reduzido desenvolveu a doença, mas os restantes não deixaram de testar positivos e por isso impedidos de trabalhar.

Retomar as cirurgias...

P — O foco de infeção no Hospital está totalmente resolvido?

R — Completamente. Verdade seja dita, a higienização do hospital foi um processo muito complexo e mais demorado do que o previsto. Para se fazer um trabalho de raiz e de acordo com as indicações da autoridade de saúde teve de ser assim. . .

Neste momento o Hospital está integralmente higienizado. Podemos mesmo afirmar que está mais seguro do que muitos outros, pois foi alvo de um procedimento que não é frequente.

P — Está previsto retomar as cirurgias programadas?

R — Já foram retomadas a 29 de abril. Houve que priorizar e as primeiras foram as que já estavam identificadas.

O nosso objetivo é voltar às cirurgias programadas normais e retomar as agendas, tal como nas consultas.

P — Há muitos casos atrasados?

R — Claro. Basta ver que uma parte muito grande da atividade programada no SAMS não foi feita devido ao encerramento. Mas as pessoas também não foram à rede convencionada ou ao SNS, cuja redução da procura só nas urgências foi entre 40% e 60% — tudo isso será transferido para o futuro, sejam cirurgias ou tratamentos.

... e abrir clínicas

P — E relativamente às Clínicas SAMS?

R — As clínicas têm também uma abertura gradual, iniciada no dia 18 deste mês. Há novos hábitos a introduzir, são necessários equipamentos de proteção diferentes de especialidade para especialidade e, sobretudo, obedecer às regras de acesso. Teremos de ser rigorosos em tudo o que fizemos e tomar as medidas necessárias para manter a atividade. Às vezes temos de tomar uma decisão diferente da anterior, parece que andamos a avançar e a recuar mas não é assim. É muito importante lembrar que medidas como o estado de alerta ou de emergência, confinamento, distância social e tantas outras não são programadas, são anunciadas para entrar em vigor em poucas horas, o que obriga a alterações muito rápidas.

As pessoas que mais querem os serviços abertos somos nós, pois sabemos a incomodidade que esta situação provoca, conhecemos as necessidades das pessoas e o descontentamento que origina.

P — Nas Clínicas as consultas serão presenciais?

R — O problema do distanciamento social é o mesmo, embora nas Clínicas possa ser mais fácil de resolver já que todas, com exceção de Torres



As Clínicas têm também uma abertura gradual, iniciada no dia 18 deste mês. Há novos hábitos a introduzir, são necessários equipamentos de proteção diferentes de especialidade para especialidade e, sobretudo, obedecer às regras de acesso

Vedras e Funchal, têm acesso ao nível do chão, possibilitando alguma dispersão das pessoas em espera no exterior do edifício. Mas o nosso objetivo é que também haja vídeo/teleconsultas e que eventualmente este sistema venha para ficar.

Ataque ao SAMS

P — Além do SAMS, outros serviços de saúde encerraram, embora não tenham sido notícia...

R — A maior parte dos serviços de saúde privados estiveram fechados por todo o País. Em Santarém, por exemplo, apenas uma pequena parte da CUF e o SNS permaneceram abertos; o Centro de Saúde de Sacavém, a urgência de Peniche e os Serviços Sociais da CGD também estiveram fechados, embora ninguém tenha ouvido falar disso. . . além de uma unidade no hospital de Santa Maria, que foi apenas referida no dia em que encerrou.

E convém recordar: sem os serviços próprios, somos um subsistema igual a todos os outros.

P — Por que o SAMS foi notícia, em sua opinião?

R — O SAMS foi notícia porque há seguramente interesses em aproveitar a situação para um tipo de combate que não cabe neste momento. Ou seja, a negociação coletiva com os sindicatos representativos dos nossos trabalhadores e a luta político-sindical dentro do Mais Sindicato não é para este momento.

P — O Sindicato vai agir judicialmente contra os autores dessas contundentes críticas?

R — Não é uma questão da contundência das críticas, mas de ofensas sobretudo institucionais, que põem em causa o bom nome do Mais Sindicato, do SAMS enquanto entidade, e das pessoas que o representam.

Não há qualquer motivo para alguns não respeitarem as regras da organização em que estão e sob as quais foram eleitos. Decidiram alimentar a comunicação social com mentiras claras, nomeadamente que os doentes oncológicos do SAMS estavam sem assistência, que se virou as costas às grávidas e aos cerca de cem mil beneficiários, que não foi dado acesso aos dados clínicos. Não é verdade: durante este período foi sempre dado apoio aos casos prementes e sem resposta externa, como grávidas, rádio e quimioterapia, dispensa de medicamentos hospitalares, diálise e outros tratamentos absolutamente inadiáveis.

Isso foi omitido de uma forma propositada e teve um elevado custo reputacional quer para o SAMS, quer para as pessoas que o representam.

Durante o período de encerramento foi fundamental assegurar presencialmente o acompanhamento de grávidas, de doentes com dispositivos implantados ou com pensos especiais, além das especialidades que não interromperam a atividade e da renovação de baixas e de receituário, sempre feito pelos nossos profissionais

Confesso que nunca esperei ver uma parte do Sindicato aplicar o modelo do sindicato dos camionistas: ir buscar um advogado para falar dos interesses sindicais dos reformados. Sobre tudo vindo de quem diz defender o purismo sindical. . .

P — São casos diferentes. Um é o de estruturas dentro do Sindicato, como a Secção Sindical de Reformados; outro é exterior, por exemplo o presidente do Sindicato Independente dos Médicos (SIM).

R — Os órgãos próprios do Sindicato terão de pronunciar-se, seja sobre elementos internos ou de fora do Sindicato. Relativamente à parte ofensiva da questão — será analisada para ver se há ou não matéria para intervir — e se houver, todos serão tratados da mesma forma. Quando cidadãos resolvem ofender uma organização, ou as pessoas que a representam, há locais e meios próprios para resolver a questão.

É infeliz que se reconheça a importância do SAMS quando está fechado, mas poucos o façam em tempos de normalidade.

P — O que quer dizer?

R — Só como exemplo, nos últimos dez anos proporcionámos ao SNS uma poupança na ordem dos mil milhões de euros. Quando alguns nos acusaram de prejudicar a Segurança Social por recorrer ao lay off, convém lembrar que nos últimos dez anos devemos ter entregue à Segurança Social mais de 70 ou 80 milhões de euros, porque pagamos rendimentos muito elevados, não só em salários mas em benefícios associados.

Portanto, é de toda a justiça que sejamos respeitados e apoiados neste período de adversidade, que ainda por cima que não foi criada por nós. E tal como anunciado, foi isso mesmo que fomos demonstrar na Comissão Parlamentar de Saúde, uma vez que fomos citados por vários deputados que nunca procuraram saber o que realmente se estava a passar. ■



Eleições do Mais Sindicato podem ser

P – Toda esta situação poderá interferir no calendário eleitoral do Mais Sindicato?

R – O que poderá ter interferência não é a situação de que temos estado a falar, é sobretudo a suspensão da atividade em geral. A publicação dos Estatutos em janeiro e os seis meses que

decorreriam até se marcar eleições eram prazos muito exigentes. Há Sindicatos que têm de realizar assembleias-gerais, fazer campanha e dar explicações aos seus associados sobre o processo. Isto exige a presença física nos locais de trabalho quando, como se sabe, agora é impossível.

Por isso levaremos ao próximo Conselho Geral três alterações estatutárias – duas sobre a definição dos quóruns e uma outra relativa aos prazos –, de forma a permitir avançar sem sobressaltos.

P – Pretende-se adiar a data das eleições?

R – Exatamente. Esperamos que o Conselho Geral aprove essa alteração, para que sejam desenvolvidas todas as ações necessárias.

P – Para quando?

R – Vamos propor que o prazo seja até ao final de 2021. Com este período mais longo pretende-se também ver resolvidas questões que não dependem de nós, como a obrigatoriedade de o Ministério Público pronunciar-se sobre os Estatutos.

Se o prazo for alargado, podemos aguardar a resposta, se houver dúvidas sobre alguma cláusula.

Apoio sindical sempre ativo

P – Relativamente à atividade sindical...

R – Não esteve parada, o que parou foi tudo à nossa volta. O número de contactos com o Sindicato foi muito menor, exceto no início do estado de emergência, quando o teletrabalho suscitou mais dúvidas, por ser um tipo de prestação de trabalho ainda não suficientemente regulado.

O Sindicato interveio em diversas situações, como pressão para os trabalhadores em casa estarem mais horas ao computador, desorganização completa dos horários, contactos às horas mais disponíveis... e isto não pode ser. Teletrabalho sim, mas cumprindo as regras das convenções coletivas. ■



adiadas

sula alterá-la, e a partir daí desenvolver o resto do processo com maior tranquilidade.

P – Para quando a sessão do Conselho Geral?

R – Terá de realizar-se no próximo mês, pois há um conjunto de prazos a que estávamos obrigados e devido à pandemia foram dilatados até 30 de junho. O Conselho Geral terá como finalidade pronunciar-se sobre as contas, as alterações estatutárias e o novo símbolo do Mais Sindicato.

Por enquanto os 140 conselheiros não podem reunir-se, porque não são permitidas mais de dez pessoas juntas – e mesmo para ter quórum têm de estar presentes no mínimo 70. Esperemos que até ao final de junho já seja possível, e para respeitar o distanciamento social exigido utilizaremos o grande auditório da UGT, cuja capacidade permitirá garantir o distanciamento social. ■

Trabalhadores do Mais Sindicato: Lay off foi uma necessidade

P – O recurso ao lay off foi muito criticado. Era mesmo necessário?

R – Enquanto empregador de 1500 pessoas, para defender os postos de trabalho o Sindicato deve socorrer-se de todos os instrumentos postos à disposição da sociedade em geral – foi o que fez.

O encerramento não foi uma iniciativa de gestão “tout court”, foi uma necessidade. O Hospital fechou a 20 de março e o lay off foi declarado para um mês, renovável até dois, de 6 de abril a 5 de maio. ... Ou seja, entre março e 6 de abril o Sindicato pagou integralmente aos seus trabalhadores, tal como fez desde 6 de maio e até à retoma dos serviços, mesmo que muitos trabalhadores ainda estivessem sem atividade.

Aliás, no início fomos acusados da intenção de despedir trabalhadores, nomeadamente médicos, um comentário completamente desajustado pois o lay off simplificado proíbe o despedimento durante um largo período após o seu término.

P – Não é a opção que se espera de um sindicato...

R – A resposta é muito simples: os recursos não são ilimitados. O Estado colocou ao dispor, em condições muito exigentes, um meio para evitar a redução de postos de trabalho na retoma. Foi isso que fizemos, até porque os 1500 empregos que



queremos garantir vão muito além do Sindicato propriamente dito – não conheço nenhuma outra organização sindical sobre quem recaia uma responsabilidade desta dimensão. E precisamos de todos para a retoma da normalidade.

P – Havia outras formas.

R – E recorremos a elas sempre que possível. Para proteção de todos, uma grande parte dos nossos trabalhadores ficaram em casa em teletrabalho. Mas sem prestação direta de cuidados de saúde não havia solução alternativa ao lay off para os restantes. ■

Audição no Parlamento

O que realmente aconteceu

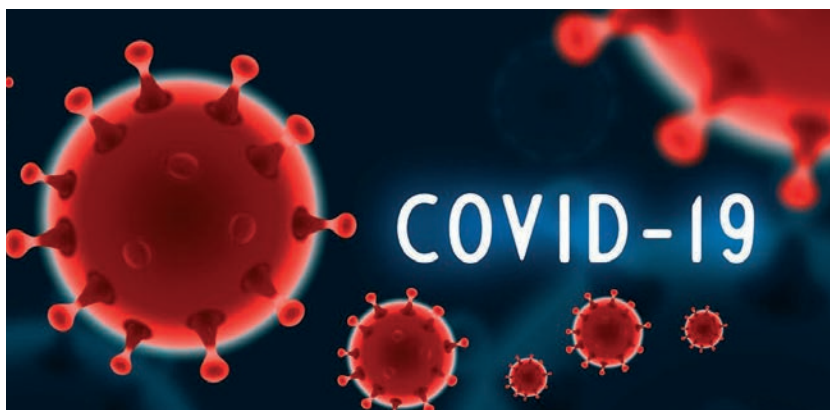
Para facultar informação sobre notícias veiculadas na comunicação social referentes ao encerramento dos serviços clínicos do SAMS, a Comissão Parlamentar de Saúde ouviu em audiência, no dia 13 de maio, o presidente do SAMS, Rui Riso, que se fez acompanhar pelos vogais Faustino Ferreira (também diretor clínico) e José Carlos Caiado.

A Comissão contou com a intervenção dos deputados Susana Correia (PS), Sandra Pereira (PSD), Moisés Ferreira (BE) e, por videoconferência, Bebiana Cunha (PAN), além da sua presidente, Maria Antónia de Almeida Santos (PS).

Na intervenção inicial e antes de responder às questões dos deputados, Rui Riso explicou o que é e porque existe o SAMS, Faustino Ferreira elencou as razões clínicas para a suspensão de parte dos serviços e José Carlos Caiado referenciou a relação com o Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Na próxima edição de O Bancário será dado destaque ao conteúdo da audição. ■

O filme dos acontecimentos



Do foco de Covid-19 no Hospital até à reabertura faseada dos serviços do SAMS. Recorde-se as medidas tomadas e porquê

As circunstâncias inéditas da pandemia e as suas consequências no SAMS obrigaram a tomar medidas que, apesar de impopulares, prevenissem males maiores.

Ao contrário de todos os outros sindicatos do País, o Mais Sindicato é o único que, além de garantir apoio sindical, tem sob sua responsabilidade um sistema de saúde com prestação de cuidados de relevo, que inclui várias clínicas e um hospital.

Com cerca de 1.500 trabalhadores e quase 100.000 beneficiários, foi necessário antever cenários e tomar medidas que protegessem todos.

Contra essas medidas inevitáveis manifestaram-se alguns, de dentro e de fora do universo do Sindicato. Mas este não é o momento para fazer política. O Mais Sindicato lutou e sempre lutará pela proteção dos trabalhadores, sócios, beneficiários e suas famílias — este é o seu principal objetivo.

Porque foram tomadas estas medidas

19 de março

Foi suspensa a atividade do Centro Clínico, Postos Periféricos e Regionais.

Estas unidades de saúde funcionam essencialmente para atos programados, como consultas, análises, tratamentos, loja de ótica e parafarmácia.

Sem de forma alguma minimizar a relevância destes atos nem a sua importância para cada um dos beneficiários, por não se tratar de situações clinicamente consideradas urgentes impunha-se o encerramento daquelas instalações, com o cancelamento dos agendamentos feitos até final de abril.

Não pode ser descurado que naquelas unidades circulam diariamente milhares de pessoas (só no Centro Clínico, cerca de 5.000 por dia). O seu normal funcionamento favoreceria a aglomeração de pessoas — muitas das quais sujeitas às medidas mais rigorosas do recolhimento recomendado pelas entidades competentes.

Contudo, os beneficiários não foram abandonados e foi salvaguardado o apoio aos chamados grupos de maior risco (grávidas, doentes oncológicos, cardíacos).

Manteve-se a prestação de alguns cuidados de saúde, nomeadamente:

- Tratamentos de quimioterapia e radioterapia;
- Consultas por telefone de acompanhamento em oncologia;
- Diálise;

- Acompanhamento de grávidas;
- Fornecimento de medicamentos hospitalares e pensos especiais;
- Vacinação;
- Urgência de pediatria, ginecologia e obstetria no hospital CUF Descobertas;
- Prescrição urgente de medicamentos, baixas médicas, orientações clínicas de adultos e crianças, através de linha telefónica própria;
- Substituição do apoio domiciliário por consultas online ou por telefone com um médico (só em casos extremos será enviado o médico ao domicílio);
- Recurso à rede prestadora da AdvanceCare, com acesso a todas as especialidades e em todo o País, na eventualidade de algum beneficiário não poder esperar pela normalização dos nossos serviços.



20 de março

O Hospital encerrou.

Como é do conhecimento geral, registou-se um surto de Covid-19 no Hospital, que atingiu profissionais de todas as áreas médicas e alguns



doentes, e culminou com o encerramento do atendimento permanente pela DGS.

Foram realizados 710 testes, que revelaram um número significativo de “positivos” e aplicou-se o protocolo, que obriga à quarentena de um elevado número de profissionais, pelo que, obedecendo às normas em vigor, a DGS interveio e deliberou o encerramento das urgências e, consequentemente, a imediata descontaminação do Hospital.

Como se sabe, um profissional de saúde portador do vírus obriga à quarentena de todos aqueles que com ele fazem equipa ou estabelecem contacto, o que, no momento, reduziu drasticamente o número de profissionais disponíveis.



Fechou o Centro de Férias e Formação

Em fase de isolamento obrigatório em casa, o Centro não podia receber ninguém.

A instalação foi posta à disposição do Sindicato e da Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere, para fazer face a qualquer necessidade.

22 de março

Encerrou o Parque de Campismo

Na sequência das medidas impostas pelo Governo com vista à tentativa de controle da pandemia, e tal como sucedeu às outras instalações similares do País, o Sindicato teve de fechar o parque de campismo.



Manteve-se em funcionamento apenas o essencial para garantir o apoio aos campistas que comprovadamente nele residem.

A capacidade instalada foi posta ao dispor da Proteção Civil de Faro, para qualquer necessidade.

23 de março

Início do processo de requisição de Lay Off:

Face à redução da atividade a serviços mínimos, muitos trabalhadores deixaram de exercer as suas funções, enquanto aqueles cujas funções o permitiam ficaram em regime de teletrabalho.

Como o Relatório e Contas do Sindicato evidencia, a receita do SAMS — contribuições de bancários e Bancos — é canalizada na sua totalidade para a comparticipação de despesas dos beneficiários.

A paragem da atividade impôs medidas urgentes para garantir a manutenção dos postos de trabalho e a salvaguarda do SAMS, recorrendo-se assim ao mecanismo legal disponibilizado.

O lay off decorreu de 6 de abril a 5 de maio.

Nenhum trabalhador do SAMS ou do Sindicato foi “despedido por um mês”, conforme alguns apregoaram.

Desde março até 6 de abril e de 5 de maio até à retoma da atividade o Mais Sindicato honrou as suas responsabilidades para com os seus trabalhadores.

1 de abril

Comparticipações mais rápidas

Foi criado um procedimento rápido para as comparticipações.

Devido às restrições impostas, o SAMS disponibilizou aos beneficiários um endereço eletrónico para envio de despesas para comparticipação.

Lar de Idosos

O Lar de Idosos em Azeitão, de que foi assinalado o 27.º aniversário recentemente, com uma ocupação plena, mereceu uma preocupação muito especial, quer pela vulnerabilidade dos residentes quer pela

sua elevada concentração. Até à data, não foi registado qualquer caso positivo quer entre os trabalhadores quer entre os residentes confinados.

29 de abril

Cirurgias retomadas

Após a higienização total do Hospital, as cirurgias foram retomadas, iniciando-se com as que já estavam identificadas. O objetivo é voltar às cirurgias programadas normais e retomar as agendas interrompidas. O internamento de doentes também já foi retomado.



11 de maio

Reabertura faseada de serviços

Com o fim do estado de emergência e o início da situação de calamidade, bem como a publicação do despacho da ministra da Saúde de 2 de maio, que determina a retoma da atividade programada, quer de consultas, quer de cirurgias, foram criadas condições para o SAMS iniciar o processo de retoma gradual da atividade assistencial ainda suspensa.

No entanto, com a pandemia ainda presente, muitas restrições são impostas, para restringir as deslocações e o contacto social.

A atividade assistencial é feita com recurso a meios não presenciais, nomeadamente através da telemedicina, por teleconsulta e/ou vídeo-consulta. As consultas presenciais são agendadas pelos médicos e é necessária marcação prévia e referênciação.

Reabertura das urgências

No Centro Clínico e no Hospital os Atendimentoos Permanentes foram reabertos. No Hospital funciona 24 horas por dia, todos os dias. No Centro Clínico funciona das 8h00 às 20h00, de segunda a sexta-feira.

18 de maio

Clínicas SAMS

A atividade assistencial nas Clínicas SAMS foi retomada, com os mesmos condicionalismos de funcionamento aplicados no Centro Clínico. ■

Atividade sindical não parou



Durante este período, o Mais Sindicato manteve toda a atenção na situação dos bancários, quer dos que estavam em atividade nos balcões, quer dos que ficaram em teletrabalho.

Além da vigilância dos planos de contingência dos bancos, interveio também, sempre que necessário, nas condições de trabalho e no cumprimento das normas laborais. Eis alguns exemplos

Março

Apelo aos bancos: protejam os trabalhadores!

O SBSI/Mais Sindicato apela às instituições de crédito para que reforcem a proteção dos bancários que continuam no seu local de trabalho, correndo maior risco de contágio pela Covid-19

O Mais Sindicato tem estado a acompanhar a implementação dos planos de contingência de cada banco, no âmbito da pandemia do coronavírus, e está preocupado com a necessidade de salvaguarda dos que diariamente saem dos seus lares para o local de trabalho, estando ou não em contacto presencial com clientes.

Como é do conhecimento geral, o estado de emergência obriga à manutenção da atividade bancária. Assim, muitos bancários, que pelo tipo de funções

que exercem não podem adotar o regime de teletrabalho, mantêm-se quer nos balcões a atender clientes, quer na execução de outro tipo de serviços indispensáveis à continuidade de negócio.

Apelo

Por se verificar que muitos clientes, por não estarem a trabalhar, deslocam-se a agências bancárias para resolver assuntos não urgentes, sugerimos as

seguintes medidas de salvaguarda de bancários e clientes:

- **Informação.** Através dos canais digitais de cada banco e por afixação nas montras das agências de-
ver-se-á informar que o atendimento presencial será
apenas para situações urgentes e carece de marcação
prévia (devendo para tal ser contactado telefonicamente o gestor de conta);

- **Proteção.** Colocação de acrílicos transparentes nos balcões para separação entre o cliente e o trabalhador, nos postos de caixa e de atendimento;

- **Regras de distanciamento.** Garantir que os trabalhadores nos serviços centrais executam as suas funções com a distância necessária entre si, de forma a mitigar possíveis situações de contágio;

- **Limpeza.** De acordo com as regras de segurança para a saúde atualmente em vigor, deve promover-se uma constante fiscalização dos materiais e produtos de limpeza (sua adequação a uma eficaz desinfeção), bem como rastreio diário aos trabalhadores que prestam serviços de limpeza. As ações de limpeza/desinfeção devem ser reforçadas em todos os edifícios que se mantenham em funcionamento.

Proposta

Ao longo dos últimos anos os bancários têm perdido poder de compra pelo que, de forma a não agravar ainda mais essa situação, propomos:



- **Salários.** Complementar até perfazer 100% do vencimento líquido o apoio financeiro excecional decidido pelo Governo quer para quem está a acompanhar filhos menores de 12 anos ou, se maiores, com deficiência ou doença crónica, quer para os trabalhadores a quem não foi dada a possibilidade de teletrabalho e que pertencem aos grupos de risco (grávidas, diabéticos e portadores de outras doenças crónicas);

- **Escolas.** Manutenção das regras em vigor para quem está a prestar assistência a filhos, já que esta medida termina dia 27 de março devido às férias escolares. No entanto, neste período muitas crianças ficavam com os avós ou em ateliês de tempos livres,

alternativas que agora são inviáveis. Apela-se à sua manutenção até que as atividades letivas sejam retomadas;

- **Teletrabalho.** Milhares de bancários estão a executar as suas funções em regime de teletrabalho. Mas convém lembrar que o número de horas a cumprir neste regime está estabelecido e deve ser respeitado. Ou seja, os trabalhadores têm direito “a desligar”.

A situação gerada pela pandemia está a ser muito difícil para todos os portugueses. O Mais Sindicato apela à compreensão e apoio das instituições de crédito aos seus trabalhadores. Só com a solidariedade de todos o País poderá ultrapassar esta crise. ■

Abril

Resolvido problema do teletrabalho na CGD



Por solicitação do Mais Sindicato, o banco repôs a legalidade no trabalho à distância, acabando assim com a marcação de ausência justificada quando os serviços remotos estão inoperacionais

O Mais Sindicato recebeu queixas de trabalhadores da CGD, denunciando o procedimento de algumas agências do banco relativamente ao teletrabalho.

Em causa a marcação de ausências justificadas ao serviço quando, por causas alheias ao trabalhador, os ►

► serviços remotos não funcionavam ou estavam inoperacionais. Ou, ainda, marcação de falta aos trabalhadores a quem não foram atribuídos serviços, por alegada falta de equipamento disponível.

Apesar de mesmo nestas circunstâncias muitos destes trabalhadores continuarem a trabalhar em casa, utilizando os seus próprios meios — telefone, computador, internet pessoal — o entendimento em algumas agências foi que, quando o sistema remoto não está funcional devia ser marcada uma ausência justificada.

Discriminação

Perante as denúncias, o Mais Sindicato reportou à Direção de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (DPE) da CGD esta situação discriminatória e arbitrária, solicitando a imediata reposição da legalidade.

O Mais Sindicato advertiu o banco de que cabe à entidade patronal assegurar os meios tecnológicos e todos os necessários instrumentos para que os trabalhadores possam desempenhar eficaz e cabalmente as suas funções, não podendo ser-lhes

assacada qualquer responsabilidade, nem a perda de quaisquer direitos, no âmbito do trabalho à distância sempre que qualquer falha técnica, ou outra, limite ou impeça a prestação desse trabalho.

Assumindo o procedimento irregular de algumas agências, a Direção de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas da CGD comunicou ao Sindicato que a situação foi resolvida, conforme a sua pretensão.

O Mais Sindicato manter-se-á atento e aconselha os sócios a comunicar qualquer dúvida ou situação que os afete. ■



Regras desadequadas no Novo Banco

O Regulamento de suporte ao plano de prevenção, controlo e vigilância para a Covid-19 elaborado pela instituição poderia pôr em causa os direitos dos trabalhadores. Mais Sindicato e SBC protestaram e solicitaram a reposição da legalidade

Na sequência das inúmeras queixas e denúncias dos trabalhadores do Novo Banco, o Mais Sindicato e o SBC apelaram à responsabilidade e cumprimento da lei por parte da sua administração.

O combate a esta pandemia e as medidas de contenção a adotar não podem restringir injustificadamente, violando a lei, os direitos dos trabalhadores, nem impor-lhes comportamentos que os prejudiquem ou para os quais não existe enquadramento legal, como é o caso de algumas normas do Regulamento em vigor no Banco.

Desde logo, no Título A: Prevenção Fora do Local de Trabalho - Viagens regulamenta-se que os colaboradores que regressem do estrangeiro ficam obrigatoriamente em quarentena de 14 dias.

Não havendo determinação da autoridade de saúde, inexistente qualquer impedimento legal que obste ao exercício da atividade profissional por parte desse trabalhador, pelo que qualquer quarentena determinada pela entidade patronal, fora dos casos previstos na lei, confere ao trabalhador a manutenção de todos os direitos do contrato de

trabalho, incluindo remuneração, seja a viagem de natureza pessoal ou profissional. Não sendo lícito dizer a estes trabalhadores que ou marcam férias ou terão perda de remuneração.

Teletrabalho e grupos de risco

Relativamente ao teletrabalho, nos termos da lei, este é obrigatório sempre que a natureza das

funções o permita. Quaisquer outras justificações impeditivas do recurso ao teletrabalho, sejam de natureza técnica ou material, são ilegais e o trabalhador deve consultar de imediato os serviços jurídicos dos Sindicatos, para aferir das medidas a tomar.

O tratamento dado neste Regulamento aos grupos de risco não segue o regime legal, o que, a manter-se, é gerador de confusão e incerteza.



No Capítulo F — Grupos de Risco — Comprovação Clínica da situação de risco, sugere-se a obrigatoriedade de impor aos trabalhadores que entrem em baixa médica.

Esta sugestão, imposição ou instrução é manifestamente ilegal, uma vez que é uma decisão, exclusiva, do foro médico.

Assim sendo, os trabalhadores que o Novo Banco identifique, de acordo com os critérios que definiu neste documento, que devam ficar em casa e não estando estes abrangidos pelo dever de confinamento, nos termos do Art.º 3.º do Decreto 2-C/2020, por determinação das autoridades de saúde, nem em situação de baixa médica, deve o banco garantir na íntegra todos os direitos e deveres emanados do contrato de trabalho.

Regras claras

Em face do exposto apela-se ao Novo Banco que:

- Torne claras as regras e os critérios de seleção de trabalhadores quer para os regimes de teletrabalho quer para as rotações;

- Garanta as condições, nas agências em funcionamento, de distanciamento entre os vários colaboradores a laborar e demais medidas de proteção referidas pelas autoridades de saúde;

- Complemente a diferença salarial dos trabalhadores que, por necessidade imperiosa, estão em casa a auferir 66% da remuneração, como uma forma de demonstrar solidariedade e reconhecimento aos trabalhadores afetados pelos efeitos da pandemia, tal como outros bancos fazem;

- Dê instruções claras às chefias, para não haver pressões sobre os trabalhadores para irem para o local de trabalho, quando a Lei lhes confere o direito de ficar em casa;

- O Regulamento de suporte ao plano de prevenção, controlo e vigilância do Novo Banco para a Covid-19 — Colaboradores, versão 1.0 deve ser adaptado de acordo com os novos diplomas legais em vigor, de forma a não negar direitos legalmente previstos aos trabalhadores, nem a prejudicar o legítimo exercício e desempenho da atividade profissional nos casos em que a Lei, igualmente, o confira ao trabalhador.

Perante o exposto, o Mais Sindicato e o SBC apelam aos trabalhadores seus associados, afetados por aquelas medidas, que contactem os Serviços Jurídicos respetivos para que estes possam diligenciar junto do Banco a regularização das situações. ■



Bancários, os trabalhadores silenciosos

Nos balcões, nos serviços centrais ou em teletrabalho, os bancários mantêm a banca em atividade ao serviço do País. Um setor essencial, mas de que poucos se lembram nestes tempos de pandemia — a começar pelas instituições de crédito, que recusam a negociação do ACT proposta pelo Mais Sindicato

O estado de emergência obriga à manutenção da atividade bancária. Assim, muitos bancários, que pelo tipo de funções que exercem não podem adotar o regime de teletrabalho, mantêm-se quer nos balcões a atender clientes, quer na execução de outro tipo de serviços indispensáveis à continuidade de negócio. Mas quem se lembra deles?

Fala-se — e bem — dos profissionais de saúde, das forças de segurança, das senhoras da limpeza... mas sobre os bancários quase não se ouve uma palavra, apesar de continuarem a trabalhar, expostos também ao risco da Covid-19.

Os bancários estão entre os que têm feito sacrifícios — e embora a população em geral pareça não se aperceber, o mesmo não podem dizer os bancos, que deveriam ser os primeiros a reconhecer a dedicação dos seus trabalhadores.

Os bancos publicitam o apoio ao país e às famílias, mas não devem esquecer que tal só é possível se apoiarem os seus trabalhadores.

Negociação não aceite

No âmbito do processo de revisão do ACT do Setor Bancário, o Mais Sindicato e o SBC apresentaram uma proposta de revisão da tabela salarial, cláusulas de expressão pecuniária e outras.

A banca respondeu recusando aumentos salariais, escudando-se antecipadamente nos efeitos da pandemia na economia. Mas foi mais longe, manifestando indisponibilidade até para rever cláusulas sem impacto financeiro.

“Não aceite” foi a resposta a toda a proposta dos Sindicatos. Este comportamento é inadmissível.

A proposta sindical teve em conta os lucros de 2019. Usar hoje a pandemia é oportunismo.

Os Sindicatos não são irresponsáveis nem alheios à atual situação económica do País.

Como sempre e de uma forma responsável, estes Sindicatos estão disponíveis para incluir na negociação respostas às dificuldades destes tempos, mas para isso é necessária a mesma predisposição por parte dos bancos.

Os números não mentem

No ano passado os bancos apresentaram resultados positivos significativos, que em nada inviabilizam a possibilidade de uma revisão da tabela salarial e cláusulas de expressão pecuniária coerente quer com esses resultados, quer com as dificuldades atuais — mas que, acima de tudo, premeie o enorme esforço e dedicação dos bancários e suas famílias.

Aconteça o que acontecer, os bancários são sempre os primeiros a sofrer — ou recebem migalhas ou não recebem nada, porque os bancos só se lembram deles para pedir sacrifícios, nunca para recompensá-los.

Nada justifica esta posição da banca. Embora conscientes das dificuldades atuais, os Sindicatos não abdicarão da negociação coletiva e retomarão o processo logo que possível.

É preciso lembrar que a economia só está a funcionar porque os bancários estão a trabalhar. ■



Montepio aplica promoções

Após várias reuniões entre Sindicatos e administração, o banco cumpre assim integralmente o ACT em vigor

Na sequência das reuniões mantidas entre o Mais Sindicato, o SBC e a Administração do Banco Montepio foram finalmente aplicadas as cláusulas 22.ª e 23.ª do ACT em vigor, relativas a Promoções.

O banco comunicou aos Sindicatos que procedeu ao integral cumprimento do estabelecido naquele normativo convencional, para o ano de 2019, do seguinte modo:

Relativamente à aplicação das progressões de nível salarial prevista na Cláusula 22.ª do ACT:

Promoções por mérito

242 Promoções por Mérito, correspondentes a:

- 16% dos trabalhadores pertencentes ao Grupo B que, em 31/12/2018, se encontravam entre os níveis 5 e 9;

- 8% dos trabalhadores pertencentes ao Grupo C que, em 31/12/2018, se encontravam entre os níveis 2 a 5.

Apreciação Especial

Quanto ao cumprimento do disposto na Cláusula 23.ª do ACT, relativa à Apreciação Especial, o Banco Montepio identificou o número de trabalhadores sem qualquer promoção há pelo menos cinco anos, tendo aprovado a atribuição de 30 promoções, de entre aquele universo de trabalhadores.

O Mais Sindicato e o SBC mantêm-se firmes no propósito e compromisso de estarem atentos e vigilantes ao cumprimento da Lei dos IRC em vigor, sempre na defesa intransigente dos direitos dos seus associados. ■

Código de conduta do Santander pode conflitar com direitos dos trabalhadores



Após analisar o documento, o Mais Sindicato manifestou ao banco a sua preocupação e oposição a normas que podem colocar em causa direitos dos bancários

Na sequência da entrada em vigor do Código Geral de Conduta 12.2020 do Banco Santander Totta (BST), o Mais Sindicato analisou o documento e encontrou algumas normas cuja aplicação pode colocar em causa direitos legalmente protegidos dos trabalhadores.

Face a essa análise, o Mais Sindicato manifestou ao banco a sua preocupação e oposição a determinadas normas, declarando consequentemente a sua disponibilidade para colaborar na resolução do problema.

Oposição

Entre as normas que suscitam oposição, encontram-se aquelas relativas a:

- Interferências na esfera e na reserva da vida privada dos trabalhadores;
- Colisão e oposição com normas individualmente negociadas com cada trabalhador, por via do contrato de trabalho;
- Qualificação do trabalhador para o desempenho de funções e responsabilidade pelos custos da formação quando ministrada pelo banco;

- Conflitos de interesses, designadamente a forma demasiado genérica e ampla como este capítulo está redigido pode gerar nos trabalhadores dúvidas sobre a linha de atuação concreta que devem adotar, o que se traduzirá, inevitavelmente, numa desproteção inaceitável dos mesmos;

- Direitos, liberdades e garantias e a impossibilidade de o BST colocar limites ao seu exercício.

Responsabilidade desproporcionada

O Mais Sindicato manifestou ainda a sua oposição a normas do Código de Conduta que dizem respeito a:

- Registo e reporte de instruções que representem desvios aos cumprimentos das normas de conduta;
- Procedimentos relativos ao cumprimento das regras de Prevenção de Branqueamento de Capitais e de Financiamento do Terrorismo, nomeadamente a responsabilidade do trabalhador face à responsabilidade do administrador;
- Conduta anticorrupção e necessidade de diminuir a subjetividade e discricionariedade destas normas através de uma redação objetiva e menos vaga e imprecisa e clarificação de alguns dos conceitos.

Mail e internet

Anteriormente, o Mais Sindicato manifestou a sua preocupação com uma eventual violação do

correio eletrónico dos trabalhadores e vigilância do uso da internet no Santander e solicitou ao banco a alteração do novo Regulamento de uso de correio eletrónico e internet.

O direito de controlo dos sistemas eletrónicos colocados ao dispor dos trabalhadores, por parte do BST, tem por limite a Lei, nomeadamente sempre que a reserva da vida privada e o princípio da inviolabilidade das comunicações estiverem em causa, alertou o Sindicato.

Do mesmo modo, considerou que não é lícito que o banco se reserve o direito de controlar, espiar ou violar o conteúdo das comunicações pessoais dos seus trabalhadores sem autorização de uma autoridade judicial.

Estas e outras normas suscitaram apreensão ao Mais Sindicato, que apelou a todos os trabalhadores que vejam violados os mais básicos e fundamentais direitos na sequência da aplicação deste Regulamento, que contactem os serviços jurídicos para a integral defesa dos seus direitos.

Colaboração

O Mais Sindicato está determinado em colaborar e contribuir para a melhoria das condições de trabalho e das relações entre trabalhadores e entidade patronal.

Assim, como sempre, está na linha da frente de todas as iniciativas que tenham esse objetivo como fim — e a discussão do código de conduta insere-se nesse âmbito. ■



Em nome de todas as mulheres

O Dia Internacional da Mulher foi comemorado da melhor maneira com uma visita à AdegaMãe em Torres Vedras e um almoço em Rio Maior. A homenagem aos direitos conquistados e os olhos postos no futuro marcaram o evento

família empreendedora concretizou o sonho antigo de erguer uma adega que celebrasse a herança histórica da região.

Perfeitamente integrada na paisagem envolvente, a AdegaMãe proporcionou ao grupo uma prova do seu vinho Dory. No final, foram muito os que aproveitaram a ocasião para adquirir produtos da região vendidos na loja.

Animação

De Torres Vedras a Rio Maior. A segunda etapa do dia levou os participantes à Quinta das Acácias, onde puderam fruir o jardim envolvente e um almoço com o melhor da gastronomia portuguesa.

Além do almoço, também houve animação, com músicas entoadas de cor e muita dança.

Pouco passava das 9h00 quando os três autocarros que transportavam os sócios do SBSI/ Mais Sindicato e respetivos familiares partiram do Centro Clínico do SAMS em direção a mais um Dia Internacional da Mulher, comemorado pelo mundo a 8 de março, e que o GRAM antecipou para o dia anterior.

O primeiro ponto de paragem foi uma visita à AdegaMãe, em Torres Vedras. Os participantes ouviram a explicação dos anfitriões sobre a história desta casa.

Erguida pela família Alves, fundadora do Grupo Riberalves, a AdegaMãe nasceu como uma homenagem dos homens à matriarca da família, Manuela Alves. Em pleno Oeste de Portugal, esta



Os sócios visitaram a AdegaMãe em Torres Vedras

Para retemperar do desgaste provocado pelo baile e preparar a viagem de regresso a Lisboa, foi ainda servido um lanche.

Luta contínua

Presente nesta comemoração esteve também o Presidente do SBSI, que fez questão de relevar a importância que tem sido dada pelo Sindicato ao Dia da Mulher, não esquecendo que há alguns anos muitos bancos não aceitavam as mulheres nas suas fileiras. “O que queremos deixar aqui assinalado este dia é a vontade de concretizar, em cada dia e em cada momento, a igualdade entre homens e mulheres e que a própria sociedade e os bancos aceitem o nosso desafio para que seja possível uma verdadeira igualdade, que sabemos ainda estarmos distantes de alcançar.”

Mais Sindicato, Mais Igualdade

Rui Riso explicou a transição feita do SBSI para Mais Sindicato, sem nunca esquecer o seu lugar na história. “Sabemos qual é o nosso passado, o nosso histórico, a honra que temos em estar cá com o passado que tanto queremos defender. É esse percurso que vamos fazer”.

Também o GRAM deixará de o ser para dar lugar à nova Comissão de Igualdade. “É uma comissão que pode ter várias subcomissões, uma para as mulheres, outra para as deficiências e outra para todas as desigualdades que a própria sociedade cria e dinamiza. Estamos disponíveis para encontrar, a cada momento, uma forma de lutar pela igualdade das pessoas que são ostracizadas e discriminadas pela sociedade. O nosso lema é esse e estaremos sempre na primeira linha para o defender”, referiu Rui Riso.



Rui Riso abordou vários temas, entre eles o Mais Sindicato

Contratação coletiva

A terminar, o presidente falou sobre a contratação coletiva dos trabalhadores do Sindicato. “Queremos que os nossos trabalhadores tenham contratação coletiva, mas uma que não seja equivalente à da banca porque nós não somos um banco nem os nossos trabalhadores são bancários. O que temos de ter é uma contratação coletiva adotada ao que somos, uma grande empresa prestadora de cuidados de saúde. É um processo absolutamente decisivo para a sustentabilidade do SAMS no futuro”, concluiu.

Futuro

Já Cristina Trony fez questão de referir que o Dia da Mulher é um dia de comemoração. “Temos de comemorar todos os direitos que temos con-

quistado, nomeadamente o direito de votar. Mas também não podemos esquecer-nos que esta é uma altura muito importante, em que temos um projeto de fusão de sindicatos e esperamos concretizá-lo, não só para alargarmos o nosso âmbito geográfico, mas também profissional”.

A coordenadora do GRAM, juntamente com os outros membros do Secretariado Teresa Pereira e Eugénia Silva, explicou que o objetivo passa por ter um Sindicato mais forte para reivindicar direitos. “Quando lutamos nas mesas de negociação é por nós, por vocês e por todos os bancários. A função do Sindicato é ser mais forte, mais unido, com mais abrangência. Estamos a contar com todos vós”.

Antes de nova ronda de dança, foi feito um sorteio entre os participantes onde os prémios iam de fins-de-semana nos apartamentos do SBSI a peças criadas nos cursos do GRAM. ■



A música animou este dia de comemoração



Várias sócias levaram para casa lembranças dos cursos do GRAM



O almoço decorreu em Rio Maior

Atividades podem regressar de forma gradual

Algumas provas desportivas e atividades culturais do Sindicato deverão regressar depois do Verão, desde que as condições assim o permitam e sempre em consonância com as normas recomendadas pelas autoridades competentes



A pandemia de Covid-19 obrigou os portugueses a confinarem-se em casa e a manterem o isolamento social por um longo período.

As várias atividades agendadas um pouco por todo o País foram canceladas ou adiadas e o Mais Sindicato não fugiu à regra: as provas desportivas e as atividades culturais e de lazer foram adiadas para proteção de todos os envolvidos.

Ultrapassado o estado de emergência, o próprio País inicia o processo de desconfinamento e o Mais Sindicato começa igualmente a retomar, de forma gradual, a sua atividade.

Abertura

No entanto, segundo o Pelouro dos Tempos Livres, é expectável que algumas das provas desportivas possam ser retomadas após as férias de verão, mas apenas se as condições assim o permitirem e obedecendo a todas as medidas sanitárias impostas.

De fora poderão ficar as atividades coletivas que obrigam a um maior aglomerado de pessoas, como são os casos do futsal e jogos de sala, entre outros.

As provas onde seja possível manter o distanciamento mínimo e aplicar devidamente as regras sanitárias podem vir a ser realizadas.

Projeção

Iniciativas de índole cultural como o Convívio com Arte poderão também ser retomadas, ainda que estejam dependentes do próprio funcionamento dos espaços escolhidos. O Museu do Oriente e o Museu da Marioneta eram as propostas para os meses de março e abril, mas foram naturalmente canceladas. Em maio, a proposta passava pelo Museu do Teatro.

De referir que este plano de atividades é ainda uma projeção, estando naturalmente dependente da melhoria das condições de saúde no País.

As atividades desportivas e culturais desempenham um importante papel no seio do Sindicato, ajudando a fomentar o espírito de amizade, convívio e camaradagem entre todos os sócios.

O Mais Sindicato tomará as decisões sempre em respeito pelas normas da DGS e do Governo, sendo certo que a saúde de todos é a sua principal prioridade. ■



Segurança na escolha.

Compromisso

no nosso serviço.



Plano Funeral em Vida

Simples

Vai ao encontro da sua vontade e não depende de terceiros.

Flexível

Permite várias formas de pagamento e em qualquer momento pode alterar os serviços que contratou.

Vantajoso

Protege os seus familiares de encargos no momento difícil e pode ser subscrito em qualquer idade.

Seguro

Garantimos a execução do plano que escolheu com o Cartão Contrato.

A partir de **1795€***

Planear faz parte da vida.

Liberte a sua família de qualquer encargo ou preocupação.

CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA SÓCIOS DO SBSI E FAMILIARES

Na subscrição do Plano Funeral em Vida ou na contratação de um serviço funerário.

servilusa.pt
800 204 222

 **Servilusa**
AGÊNCIAS FUNERÁRIAS

* Preço inclui desconto para sócios do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas.

Parque de Campismo de Olhão já reabriu

Após o encerramento obrigatório devido ao estado de emergência, o Parque de Campismo do Sindicato está novamente aberto ao público e com o selo Clean & Safe, do Turismo de Portugal

Uns dias de descanso entre a natureza e com a praia próximo é novamente possível — e com toda a segurança.

Enquanto o chek-in esteve encerrado, o Mais Sindicato não parou e utilizou esse período para preparar a reabertura, que ocorreu no dia 25 de maio.

Um passo importante foi o registo do Parque de Campismo na plataforma RNET, do Turismo de Portugal, o que permitiu obter o selo Clean & Safe.

O selo significa o compromisso de implementação de um plano operacional muito rigoroso, de



acordo com as recomendações da DGS e com o foco em 3 vertentes:

- Reforçar as medidas de limpeza e desinfecção;
 - Garantir a utilização de equipamentos de proteção individual;
 - Garantir o distanciamento social necessário.
- Este plano — que será adaptado de acordo com

a evolução da pandemia e com quaisquer novas regras definidas por lei — implicou a criação de um conjunto de Regras de Cumprimento Obrigatório dos Utentes que queiram desfrutar deste equipamento para lazer e férias.

As novas Regras podem ser consultadas no site do Sindicato, em www.sbsi.pt ■

Classificados

Diversos

Vendo — Pelo melhor preço centenas de peças de artigos do lar, cadeiras, quadros, louças, castiçais, garrafas, vidros e uma cama Kuine Ann. Contacto: 911 900 026

Vendo — Apartamento 3.º andar c/ duplex, a estrear, centro da Vila da Lousã. Três quartos c/ roupeiro, sala c/lareira, 2 wc, 2 hall's, cozinha, vistas soberbas e intensa luz. Contactos — 968 600 793 — 213 461 674 (depois das 20 horas)

Vendo — Honda Jazz 1.3 Vet Confort+GPS 15 meses - 23.000 kms — Cinzento metalizado com garantia, garagem particular. Pneu suplente igual aos restantes. Único proprietário — Bom preço. Tlm: 966 042 442

Aluga-se — Praia da Salema (Lagos) — T2 para férias, com capacidade para 5 pessoas. Casa totalmente equipada. Dois quartos, sala com sofá cama, 2 WC, cozinha equipada, a 800 metros da praia. Contactos: 926 420 412

Procura-se — Autocaravana usada não muito grande. Tlm: 917 847 211.

Vantagens aos sócios

O Sindicato acaba de celebrar vários protocolos que garantem aos nossos associados e seus familiares e beneficiários do SAMS, condições mais favoráveis:



Cesário Verde - Ensino e Formação, Lda. (Colégio Cesário Verde - CV), com sede em Lisboa, na Avenida Infante D. Henrique, lote 309, concede um desconto de 50% sobre a 1.ª inscrição no Colégio; um desconto de 5% sobre o valor da mensalidade.



Centro de Estética Paula Vera, com sede em Faro, no Beco São Luís, n.º 61 — Loja, concede desconto de 20% em Massagens, 15% em Tratamentos de Estética (corpo/rosto) e 10% em Epilação.



Saint Gobain Autover Portugal — Comércio de Vidro Automóvel, SA, com sede em Vila Nova de Gaia, na Rua 25 de Abril, 460, Serzedo, concede desconto de 20% nos serviços de substituição e reparação de vidro, em viaturas ligeiras, que não possuam Seguro de Quebra Isolada de Vidros (QIV).

Se o serviço realizado consistir na substituição/montagem de um para-brisas, o associado terá direito ao produto AQUACONTROL gratuitamente; 20% de desconto na aplicação do produto AQUACONTROL se o associado realizar a substituição/montagem de um para-brisas ao abrigo da cobertura QIV; desconto de 10% na linha de produtos Drive Care.

Os que nos deixaram no 2.º semestre de 2019

Banco BPI

Ana Maria Pereira de Matos
 António da Silva
 António Ramos Baptista
 Arlindo José Barrancos Queimado
 Artur Alberto Moreira Garcia
 Carlos Alberto Alves Fernandes
 Carlos Victor Silva Oliveira
 Deolinda Simões Nunes Rodrigues
 Deolindo Maria Esperança
 Domingos Gil Conceição
 Emídio Alves Cardoso
 Fernando Manuel Ferreira Maymone
 Fernando Tavares de Pina Cunha e Almeida
 João António Calmeirão Alves Martins
 Joaquim Boavida dos Santos Pinheiro
 Joaquim Custódio Sebastião Santos
 Joaquim Gregório Cabrita Mogo
 Jorge Godinho Victor
 José Alberto Lopes de Sousa
 Luís Miguel Garcia Pais
 Manuel Vicente Braçais
 Maria de Lourdes S. Antunes Rama da Silva
 Maria Eugénia Ferreira Pinto
 Maria Fernanda Pacheco Ferreira Pires
 Rui Luísa Tomás Mendes Carvalho
 Maria Zilda Barrocas Vinagre Dias
 Nuno Martinheira Pinto
 Olga Maria Simões Gomes
 Pedro Paulo Grifo Macedo
 Rui Marcelo Pombeiro Gonçalves
 Teófilo João Luísa Primitivo
 Therese Whittle Coelho
 Victor Manuel Santos Paulo
 Vítor Manuel Araújo de Brito

Banco de Portugal

Ambrósio Serrano Mourato
 Aníbal Magro de Almeida
 António de Mendonça Barata Corrêa
 Armando Augusto Rodrigues Coelho
 João José Melo Marques Bernardo
 João Pedro Rosa Remédios
 Joaquim Pires e Ribeiro Mateus
 José Eduardo Ahrens Teixeira Esteves
 José Santos Fernandes
 Laertes Marcelino Marques Gonçalves
 Maria Helena Duarte Tomé Ramos
 Maria Lurdes Varandas
 Mário Abreu Ribeiro
 Vítor Manuel Tomás Brito

BANIF

Duarte Manuel da Silva Cardoso

Banco Millenium BCP

Adriano Augusto Pereira
 Aldina Fernanda Morais Gonçalves Sebastião
 Aleixo Augusto Campaniço Valente Camacho
 Álvaro Rodrigues Pitorra
 António Antunes Vieira
 António Cidade Canana
 António Dias Chaves
 António José Martins Oliveira
 António Napoleão Almeida E Sousa
 António Ribeiro Pereira
 António Simões Carvalho

Arnaldo de Jesus Ferreira Terrível
 Augusto Carlos Rodrigues Teixeira da Silva
 Bárbara Arsénio Godinho
 Camilo Alberto Botelho
 Carlos Alberto Jacinto Inácio
 Carlos Manuel Cardoso Torres de Matos
 Carlos Manuel Pinheiro Teixeira
 Delmiro Manuel de Sousa Carreira
 Dulcinea Laura Soares Duarte Vieira da Graça
 Emília Isabel Soares
 Eugénio de Lacerda Couto Pinto
 Eugénio Fernando Martins Almeida
 Ezequiel Bernardino Rodrigues
 Fernando Luís Ferreira Rodrigues
 Filomena Cândida Amaral da Silva Varela
 Francisco Vicente Pacheco
 Gabriel Joaquim Cortiçadas
 Helder Manuel Ferreira Lopes
 Hermenegildo de Almeida Coelho
 Isaias Pinto Galhano
 Jaintilal Mangi
 João Armando da Silva
 João Luís Pereira Narciso
 João Manuel Vieira
 João Maria Realinho Carrilho
 João Pedro Gomes Alves
 João Pereira Correia
 Joaquim Correia Ribeiro
 Joaquim Manuel Bretes Cunha Alves
 Joaquim Manuel Pinheiro da Costa
 Joaquim Nobre Santos Pereira
 José António Pereira Mendes
 José Carlos Farinha Bernardino
 José do Rosário Cruz Tomás
 José Domingos Gaspar
 José Joaquim Delgado Alves
 José Manuel de Oliveira Proença Alves
 José Manuel Sousa
 José M. Duarte Tito M. de Vasconcelos Riba Tamega
 Júlio Vaz Batista
 Lara Adriana da Cruz Payroteo Macedo Caixeiro
 Luís Conceição Lebre Terrinca
 Luis dos Reis
 Luís dos Santos e Silva
 Luís Martinho Forte Veríssimo
 Manuel Amílcar Lourenço Martins
 Manuel António Inácio
 Manuel de Freitas Coelho
 Manuel Inácio Lourenço
 Manuel Maria Leitão Vieira dos Santos
 Manuel Moreira Maciel Teixeira
 Manuel Piedade Fernandes
 Maria Amélia Dias Pimenta Lopes Andrade
 Maria Assunção Ferreira Carreta Almeida
 Maria Cândida Coxinho
 Maria da Conceição L. da Costa de Oliveira
 Maria Deus Raposo Santos Alves
 Maria José Perdigão Franco Leal
 Maria Lucília da S. Vicente Carpinheiro Fernandes
 Maria Manuela Brandão Tranquada Camacho
 Maria Manuela F. Baltazar Neves dos Santos
 Maria Otília Pereira Rocha
 Miguel Bandeira da Silva
 Miguel Humberto Gouveia Lourenço
 Orlando Tavares Ortet
 Rogério Manuel Pestana Pais de Gouveia
 Rogério Oscar Pereira Figueiredo
 Sérgio Viegas Águas

Vitor Manuel de Almeida Peres
 Vitor Manuel Peixoto Ramos

Banco Santander Totta

André Pereira de Figueiredo
 Ângela Maria Nunes de Sousa
 António Jorge Marques
 António José Lopes do Nascimento
 Cândido Nascimento de Almeida Santiago
 Carlos Alberto Higgs Silva
 Fernando Seara Rodrigues
 Florimundo Fernandes Martins
 Francisco Inácio das Neves Carrasquinho
 Francisco José Pereira Cara Romba
 Helder Manuel Pequito
 João António Proença Barreiros
 João Charneco Lopes Matos
 João Gomes Dias Pereira
 Jorge Augusto Sousa Mendes Alves
 José Correia Silva
 José Duarte Alexandre
 José Fernando Sousa Ernesto
 José Nastro Ferreira Roma
 José Resende Sousa Rebelo
 Laureano Malheiro da Silva
 Manuel Amorim da Silva
 Manuel José Varela dos Santos
 Manuel Reis Taborda
 Maria Amélia Rosa
 Maria Natália Biscaia Coelho Silva
 Maria Suzete Ivone Valadares
 Mário Fernando da Silva Paiva

C.C.A.M. de Elvas e Campo Maior

Horácio dos Prazeres Galvão

C.C.A.M. de Guadiana Interior

Víctor Manuel Soares Raposo

C.C.A.M. do Algarve

Osvaldo Nunes Barão

Caixa Eco. Mis. de Angra do Heroísmo

Henrique Vieira Areia

Caixa Geral de Depósitos

Acácio Marques Baptista Monteiro
 Albino Marques Sampaio Calix
 Alice de Jesus Gonçalves
 António Camilo Martins
 António do Nascimento Ferreira
 António José Caeiro Arriaga
 António Pedro Almeida Campos
 Armando Silva Branco de Sousa
 Armindo Sequeira Gomes
 Arnaldo da Conceição Alcobia
 Carlos de Freitas
 Carlos Manuel Bastos de Sousa
 Elisa Maria Sousa Pereira damas
 Esmeralda Maria Ramos Jacinto Alcântara
 Fernando Alberto Gonçalves dos Santos
 Fernando Manuel Onofre
 Filomena Jesus Carvalho
 João Francisco Almeida
 João Melo Correia
 Jorge de Almeida
 Jorge de Sousa Costa

José Bartilho da Palma
 José Carlos Fonseca da Gama
 José Faustino Ferreira Lopes
 Luísa Nascimento Bito
 Luiz Fernando Gomes Silva
 Manuel José Faustino
 Manuel Reis Gomes Ribeiro
 Nelson Borges Caeiro Moita
 Rui Manuel Inácio de Abreu
 Virgílio Augusto Martins

BBVA

António Gonçalves Alves
 Augusto Valente Bento
 Carlos Miguel Sequeira da Costa
 Silvino da Silva Ferreira

MONTEPIO

João dos Santos Lopes
 João Moreira Almeida
 Jorge Henrique de Meneses Dinis Mendonça
 José Alves Matias
 José Manuel Gavanha Quintino Magro
 Manuel Pedro Ferreira
 Pedro José Galvão de Sousa Cabral

Novo Banco

Adriano Fernandes Araújo
 Alberto Serafim Valadares Carrilho
 Álvaro Ludovino Ribeiro
 António Arlindo Gomes Pires
 António Augusto Mascarenhas Brás
 António Bernardo Pereira Artilhheiro
 António Joaquim Clemente Pereira
 António Joaquim Moreira
 António Luís Bizarro Nave
 Artur da Conceição Rodrigues
 Carlos Hilário Afonso
 Daniel Maria Benavente Nogueira
 Eusébio Boavida Robalo
 Francisco de Jesus Calado
 João António Faria Correia
 João José Conceição Silva
 João Manuel Parreira Luis
 Joaquim António Santana Lopes
 Jorge Martins Esteves Robalo
 José Augusto Rebelo Martins
 José Conceição Matos Barata
 José Júlio Varela Lourenço
 Josefa Colaço Gomes Meias
 Laureano Lanca Costa Benevides
 Leopoldina Maria Carmo Garraffo
 Luís Carlos Tavares Santos
 Manuel Junipero
 Manuel Martins
 Maria Antunes de Almeida
 Mário Leão Pereira Roque
 Orlando Correia dos Reis
 Pedro Afonso da Costa Pinto
 Rui Jorge Gomes Dos Santos Pereira
 Serafim Miguel Araújo Garcia Carvalho
 Virgílio Santos

Unice

Alda Maria Cardoso dos S. Ferreira de Vasconcelos
 Maria Cláudia de Oliveira Melo Monteiro
 Maria da Graça Antunes de Menezes Pitta Neto

Subsídios pagos no 2.º semestre de 2019

Lembramos que, de acordo com o Regulamento, existe um mesmo número de chamadas de capital pelo que, verificando-se um número superior de óbitos, o pagamento é diferido, uma vez que a Lutuosa não tem reservas próprias.

	Sócio	Nome	Banco
Julho	15830	Alberto Arnaldo Crispim Gomes	Banco de Portugal
	10839	Alfredo Dias Cardoso Valente	Caixa Geral de Depósitos
N.º de Óbitos 9	17631	António Afonso Lourenço	Fundo de Pensões do BBVA
Valor do Subsídio 5.464,30 €	7660	António Cardoso Dias	Banco Millennium BCP, SA
	743	José António Semião	Banco Millennium BCP, SA
	10810	Luís Teotónio Albuquerque Júdice Pargana	Banco Millennium BCP, SA
	24028	Maria Emília Marques Silva Sousa	Banco Millennium BCP, SA
	13436	Paulo Pedro Baptista	Caixa Geral de Depósitos
	13397	Serafim Santos Lopes	Fundo de Pensões do BBVA
Agosto	1833	Adalberto Sixto Andregy Ferreira	Caixa Geral de Depósitos
	811	Afonso Gomes do Couto Henriques	Banco BPI
N.º de Óbitos 9	28672	Artur José Anjos Marcos	Banco Millennium BCP, SA
Valor Do Subsídio 5.441,25 €	28109	Jorge Artur Horta Salvado Pinto Pereira	Banco Millennium BCP, SA
	2816	Jorge Rodrigues Gonçalves	Caixa Geral de Depósitos
	36817	José Manuel Sardinha Lopes	Novo Banco, SA
	6520	Maria Carmo Dias Carvalho	C.C.A.M. de Guadiana Interior
		Maria de Jesus Antunes Florindo	Caixa Geral de Depósitos
	28149	Vasco Rogenes Peres	Banco Millennium BCP, SA
Setembro	28899	Alberto Augusto Cardoso Duarte	Banco Santander Totta S.A.
	2243	António De Sousa Gonçalves	Banco Millennium Bcp, Sa
N.º de Óbitos 9	22625	António Tavares Ferreira	Caixa Geral de Depósitos
Valor do Subsídio 5.421,55 €	2545	Carlos Manuel Rodrigues Antunes	Novo Banco, SA
	25866	Deolinda Augusta Alves Agostinho Sousa Martins	Banco Millennium BCP, SA
	24665	Inês da Conceição Cara d' Anjo	Banco Santander Totta S.A.
	7461	José Tomás Ferreira Lopes	Banco Millennium BCP, SA
	25295	Luís Cabral Teixeira	Novo Banco, SA
	1940	Manuel Rodrigues Graça Dias	Caixa Geral de Depósitos
Outubro	2610	António José Oliveira E Sousa	Montepio - Cerng
	1901	Carlos Alberto Alão Rodrigues	Banco Millennium BCP, SA
N.º de Óbitos 9	12005	Carlos Manuel Dias Serra	Banco BPI
Valor do Subsídio 5.408,40 €	35842	Gabriel José Maria	Banco Santander Totta S.A.
	29630	Graciete Conceição Duarte	Banco Millennium BCP, SA
	23130	João António Soromenho Primo	C.C.A.M. do Algarve
	9836	João Baptista Da Rocha Morais	Banco BPI
	7991	Joaquim Tavares Martins E Silva	Banco Santander Totta S.A.
	26604	Nuno Gonçalves Figueiredo	Banco Millennium BCP, SA
Novembro	780	Antonino de Oliveira Barbosa	Banco Santander Totta S.A.
	22029	Carlos Manuel Pereira Santos	Banco Millennium BCP, SA
N.º de Óbitos 9		Isabel Fernanda Pereira	Banco Millennium BCP, SA
Valor do Subsídio 5.392,25 €	33648	Joaquim Jorge Maurício Victória	Banco Millennium BCP, SA
	1630	José Manuel Teles Vilhena Menezes	Caixa Geral de Depósitos
	8710	Manuel Batista Falé	Banco Santander Totta S.A.
	24672	Maria Lurdes Melo Pereira	Banco Millennium BCP, SA
	25288	Sertório Gonçalves Silva	Caixa Geral de Depósitos
	29051	Victor José da Costa	Caixa Geral de Depósitos
Dezembro	16272	António João Gomes Neves	Banco Santander Totta S.A.
	11100	Fernando da Silva Santos	Banco Millennium Bcp, SA
N.º de Óbitos 9	5042	Carlos António Rafael Lages	Caixa Geral de Depósitos
Valor do Subsídio 5.368,75 €	15625	João dos Santos Serra Lavadinho	Caixa Geral de Depósitos
	3250	Jose Gomes Rodrigues	Novo Banco, SA
	7590	José Reis Ferrão	Banco Millennium BCP, SA
	4257	José Silva Cabrita Grade	Caixa Geral de Depósitos
	11360	Luis Redondo Sales Moreira	Banco Millennium BCP, SA
		Maria Elvira B. Quaresma Jorge	Banco de Portugal

Escolha Stannah

AQUALUXE

PERFEITA
para banho assistido
ou de cadeira de
rodas.

A Stannah remove a sua banheira antiga e garante todo o trabalho de instalação e acabamentos para facilitar o acesso ao banho



A Stannah efetua o levantamento de medidas e planificação, com orçamento na hora.

Não precisa de sair de casa, nós vamos até si, sem custos nem compromisso.

**MAIS QUE UMA CABINE DE DUCHE,
UMA ATITUDE PREVENTIVA**

O Aqualuxe é um sistema de banho especialmente pensado para pessoas com dificuldades de mobilidade. De baixo limiar de acesso, base antiderrapante, barra de apoio e cadeira ortopédica, cada elemento do Aqualuxe está pensado para garantir uma total segurança para que se movimente no banho com inestimável tranquilidade!

Adapta-se ao espaço de qualquer banheira antiga ou chuveiro e a todas as casas de banho.



Se pretende substituir a sua banheira por uma cabine de duche Aqualuxe, contacte-nos. Garantimos que ficará com a sua casa de banho adaptada às suas necessidades.

André Magalhães
Especialista em mobilidade



A saúde em primeiro

Acabamento antifúngico e antibacteriano. Com silicone de remate de classe (A+), indicado para instalações hospitalares. Não ganha cor.

1

Cadeira ortopédica

Este auxílio de mobilidade, devidamente homologada e de cor branca, promove e ajuda a um banho independente e seguro.

2

Vidros temperados

De extrema resistência são difíceis de partir, o que garante uma maior segurança ao utilizador.

Com tratamento anticalcário – garantia de 10 anos – repele a água, impedindo a formação de manchas de calcário, dispensando o recurso a detergentes na limpeza.

3

Base antiderrapante em pedra

Base antibacteriana e antiderrapante. Possibilita que, tanto o utilizador como o cuidador, possam utilizar o interior da cabine sem o risco de escorregar ou cair.

4

Barra de apoio

Apoios colocados estrategicamente para ajudar o utilizador a levantar-se e a sentar-se na cadeira.

5

Pedra de remate:

Composta por carga mineral à base de resina de quartzo, antibacteriana, ajustável ao local. Discreto, adapta-se a qualquer casa de banho e é muito fácil de limpar.

6

Limiar de acesso muito baixo

Limiar de acesso rampeado de baixo perfil (3cm). Permite o acesso fácil para pessoas com dificuldades de mobilidade ou em cadeiras de rodas.

A Stannah trata de tudo por si

- ✓ Avaliação da casa de banho e da mobilidade do utilizador
- ✓ Em apenas dois dias, removemos a banheira antiga e instalamos a sua nova cabine de duche
- ✓ Deixamos a sua casa de banho limpa e pronta a utilizar

Orçamento Gratuito!

A Stannah oferece-lhe aconselhamento gratuito, estando ao seu dispor para o ajudar a escolher a melhor solução para as suas necessidades. Após uma análise detalhada, os nossos especialistas fornecem-lhe um orçamento real do equipamento escolhido.

Mais informações ligue tel.:

808 918 388

Custo de chamada local

AQU10BC10320



MARQUE UMA
**CONSULTA DE
ACONSELHAMENTO
AUDITIVO
GRATUITA**

NOVO WIDEX **MOMENT™**

O MAIS DISCRETO APARELHO AUDITIVO **RECARREGÁVEL** DO MERCADO

Descubra o que pode esperar de WIDEX MOMENT™ :

- Uma nova forma ultra rápida de processar o som sem atrasos nem distorção.
- Permite mais de 20 horas de utilização.
- Inteligência artificial inovadora que conduz a uma melhor e mais personalizada experiência auditiva.
- Ligação wireless por Bluetooth que permite transmitir sons diretamente para o aparelho auditivo.

**INFORME-SE NA WIDEX SOBRE AS CONDIÇÕES
EXCLUSIVAS PARA BENEFICIÁRIOS DO SAMS**

SAMS | Linha de Apoio | Marcações
210 499 999



Serviço disponível no Centro Clínico Ambulatório do **SAMS**, Serviço de Audiofonia, em Lisboa, ou em qualquer Centro Auditivo Widex em todo o país.